



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA  
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

**GABRIEL RÊGO LICATA**

**POLÍTICA, GÊNERO, SEXUALIDADE, DIREITO À CIDADE**

**SANTARÉM/PA**

**2020**

**GABRIEL RÊGO LICATA**

**POLÍTICA, GÊNERO, SEXUALIDADE, DIREITO À CIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia para obtenção grau de Bacharelado em Antropologia; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho

**SANTARÉM/PA**

**2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA  
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

**PARECER REFERENTE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE BACHARELADO EM  
ANTROPOLOGIA**

Professor(a) Orientador(a): **Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho**

Autor(a): **GABRIEL RÊGO LICATA**

Título do Trabalho: **POLÍTICA, GÊNERO, SEXUALIDADE, DIREITO À CIDADE**

**PARECER:**

No vigésimo quinto dia do mês de novembro de dois mil e vinte, às dez horas, em ambiente virtual, nos termos do Art. 8º da Instrução Normativa nº 02–Reitoria, de 20 de março de 2020, o(a) discente **GABRIEL RÊGO LICATA** fez a defesa, perante os membros da bancada avaliadora, de seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **POLÍTICA, GÊNERO, SEXUALIDADE, DIREITO À CIDADE**, após deliberação, os avaliadores atribuíram ao discente a seguinte nota, subscrita e assinada de modo digital:

Nota: 8,0 (oito)

Data da Defesa: 27/11/2020

Hora: 09:30

Local da Defesa: ambiente virtual

**Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho**  
Orientador(a) Presidente

**Luciana Barroso Costa França**  
Avaliador(a)

**Fabiano de Souza Gontijo**  
Avaliador(a)

**GABRIEL RÊGO LICATA**

**POLÍTICA, GÊNERO, SEXUALIDADE, DIREITO À CIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia para obtenção grau de Bacharelado em Antropologia; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho

Data de Aprovação: 27/11/2020

---

PRESIDENTE: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho  
Universidade Federal do Oeste do Pará

---

AVALIADOR(A): Profa. Dra. Luciana Barroso Costa França  
Universidade Federal do Oeste do Pará

---

AVALIADOR(A): Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo  
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho a todxs  
LGBTQIA+ símbolos de resistência  
no Brasil.

## **AGRADECIMENTO**

À minha mãe Maria Izabel Caldeira Rêgo que sempre me apoiou;

À Prof. Luciana Carvalho pela sua paciência, orientação, incentivo e disponibilidade;

Aos meus familiares pelo incentivo;

À Prof. Luciana França pelo incentivo;

Aos meus amigos Marlena Soares, Maria Alice Bizan, Darlan da Silva, Landê Aguiar, Paulo Lara, Thiago Vargas, Dyedre Alves, Warlison Cavichioli, Igor Erick, Igor Oliveira, Dassuem Reis, Ronaldo Pinto pelo incentivo, por estarem presente de alguma forma;

Ao Grupo de Pesquisa de Direito à Cidade e a Prof. Ana Beatriz pela experiência e vivência;

E por fim, à todas as pessoas que eu provavelmente esqueci.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa as questões LGBTQIA+ na revisão do plano diretor de Santarém em 2017, a fim de compreender discutir como a cidade de Santarém tem se organizado para debater a necessidade de políticas específicas de gênero e sexualidade. Levando em conta os índices da violência cometida contra essa população no Brasil e a sua ainda baixa representatividade no meio político local. Além disso, este trabalho oferece uma reflexão acerca das mobilizações em prol dos direitos LGBTQIA+ e a garantia do mesmo, perpassando pela necessidade de implementação desses direitos e pela importância de representatividade local. Para este intento, utilizou-se a relação observada na revisão de 2017, nos contextos dos dados obtidos e no resultado das entrevistas com candidatos e candidatas a vereador de 2020. Estes orientou a análise dos dados obtidos por meio de trabalho de campo e pesquisa bibliográfica, análise do Relatório Antropológico da revisão do plano diretor e análise documental. Ao analisar os cenários descritos, emergiram dados que nos mostraram um panorama das questões LGBTQIA+ em relação aos números da violência no Brasil. Apesar de que as perspectivas para ser um indivíduo pertencente ao grupo LGBTQIA+ estejam em uma zona de alerta não podemos de observar que existem grupos, pessoas e entidades tentando traçar um outro futuro para essa população.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+. Plano Diretor. Representatividade.

## ABSTRACT

This research analyzes the LGBTQIA+ issues in the review of the Santarém master plan in 2017, in order to understand how the city of Santarém has been organized to debate the need for specific gender and sexuality policies. Taking into account the rates of violence committed against this population in Brazil and its still low representation in the local political environment. In addition, this work offers a reflection on the mobilizations in favor of LGBTQIA+ rights and their guarantee, passing through the need to implement these rights and the importance of local representation. For this purpose, the relationship observed in the 2017 review was used, in the context of the data obtained and in the results of the interviews with candidates and candidates for councilor in 2020. These guided the analysis of the data obtained through fieldwork and bibliographic research, analysis of the Anthropological Report of the revision of the master plan and documental analysis. By analyzing the scenarios described, data emerged that showed us an overview of the LGBTQIA+ issues in relation to the numbers of violence in Brazil. Although the prospects for being an individual belonging to the LGBTQIA+ group are in a warning zone, we cannot observe that there are groups, people and entities trying to draw another future for this population.

**Keywords:** LGBTQIA+. Urban Planning Plan. Representativeness.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA - Área de Proteção Ambiental

Consun - Conselho Superior Universitário

COVID-19 – Corona Virus Disease 2019

DCE - Diretório Central Estudantil

GGB – Grupo Gay da Bahia

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e “+” é indicado para variação de outros grupos como, por exemplo, pansexual

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

STF - Supremo Tribunal Federal

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da taxa de homicídios de negros e não negros a cada 100 mil habitantes (2008-2018).....	17
Figura 2 – Taxa de homicídios a cada 100 mil mulheres.....	19
Figura 3 – Evolução da taxa de homicídio de mulheres por raça/cor entre 2008 e 2018...20	
Figura 4 – Percentuais de assassinatos de mulheres por raça/cor.....	21
Figura 5 – Número de denúncias de violência contra pessoas LGBTQIA+.....	23
Figura 6 – Número de denúncias de lesão corporal contra pessoas LGBTQIA+.....	23
Figura 7 - Número de denúncias de homicídios/tentativas de homicídio contra pessoas LGBTQIA+.....	23
Figura 8 - Assembleia de revisão do Plano Diretor.....	28
Figura 9 - Conversa entre lideranças.....	30
Figura 10 - Fim da Assembleia da revisão do Plano Diretor.....	31

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. OBJETIVO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Objetivo geral.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>15</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>4. RAÇA, GÊNERO E VIOLÊNCIA NO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+.....</b>	<b>16</b>
<b>5. A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM EM 2017.....</b>	<b>26</b>
<b>6. A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA LGBTQI+.....</b>	<b>32</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Quando ingressei no curso de antropologia, eu não sabia ao certo quem eu era como indivíduo e muito menos o que eu queria da formação acadêmica que havia escolhido. Entretanto, eu entendia a minha condição enquanto pessoa LGBTQIA+ “dentro do armário” e, com o passar das disciplinas, fui tentando me encontrar. Em um semestre superei a ideia de trocar o curso de antropologia pelo de arqueologia, que, diante do meu interesse amplo na cultura, me fascinou com a proposta de estudar a história dos nossos antepassados a partir dos contextos arqueológicos de Santarém, tão ricos em múltiplos aspectos, que naquele momento chamaram minha atenção.

Logo mais, fui me envolvendo em causas estudantis e passei a participar de assembleias, reuniões e grupos de discussão em que fui afirmando minha identidade de gênero e sexualidade. Com esse envolvimento e atuação, adentrei em espaços como o Diretório Central Estudantil (DCE) e, mais tarde, no Conselho Superior Universitário (Consun), onde desenvolvi meu posicionamento político e auto afirmativo. Em especial, ao fazer parte do DCE, pude conhecer o modo pelo qual a Universidade Federal do Oeste do Pará estava iniciando discussões relacionadas a gênero, sexualidade e direito à cidade, e pude observar que essa construção foi se aprimorando quando novos e velhos representantes conversavam e tratavam o tema na sua devida relevância.

Meu interesse pela temática ampla de gênero, sexualidade e direito à cidade foi crescendo conforme vivenciava algumas situações e experiências acadêmicas e pessoais. Em 2016, em uma aula da Professora Mestre Dassuem Reis Nogueira, quando ela convidou o Professor Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia Wilson Nogueira, fui apresentado ao autor equatoriano Alberto Acosta e a suas ideias acerca do bem viver (ACOSTA, 2010, 2012, 2016).

Acosta (2010, 2012, 2016) propõe o conceito de *bem viver* como alternativa ao de bem-estar, buscando diferir-se de modelos europeus de relação e interação com a cidade e sua ocupação social. Ele mostra que é possível, sim,

ocupar o espaço por meio da construção de conhecimento ecossistêmico como uma oportunidade de imaginar outros mundos e pensar o desenvolvimento no sentido mais amplo possível dessa expressão.

Conhecer as ideias do referido autor abriu-me uma perspectiva nova, fazendo “cair a ficha” de que nós, povos da Amazônia, somos capazes de produzir um conhecimento espetacular e, talvez, nos desprendermos das raízes colonialistas historicamente construídas.

Já nessa perspectiva, realizei o minicurso *Antropologia Feminista Negra*, oferecido pela Professora Doutora Carla Ramos, em 2016. Nele, lendo trabalhos de autoras mulheres negras, entendi a pressão de se estar em uma encruzilhada por onde passa mais de uma camada de opressão. Diante das experiências narradas pelas autoras, entendi que as análises de teor marxista, centradas no trabalho e na classe social, deixaram de atentar para o gênero e a raça como fatores relevantes na busca de direitos e igualdade.

Em 2017 comecei a fazer parte do Grupo de Pesquisa de Direito à Cidade sob a tutoria da Professora Mestre Ana Beatriz Oliveira Reis. Nesse grupo podemos abordar várias discussões que circundam questões sobre o direito de acesso à cidade e que afetam desde grupos rurais e urbanos até minorias como pessoas LGBTQI+, mulheres, negros e negras, e moradores das periferias. Assim, a participação no grupo me instigou a entender qual o contexto de Santarém enquanto uma cidade na Amazônia.

Naquele mesmo ano aconteceu a revisão do Plano Diretor de Santarém, e nesse processo, tive a oportunidade de participar e trabalhar com entrevistas realizadas pelo Grupo de Pesquisa de Direito à Cidade. Algumas dessas entrevistas foram feitas em nossos encontros semanais, quando a liderança de algum grupo vinha em nossas reuniões e era entrevistada por algum membro do grupo. Além das entrevistas, pude participar de eventos públicos que tratavam da revisão do Plano Diretor. Isso fez com que meu contato com esse tema incluísse mais que um simples afeto pela pesquisa, mas sim uma vivência pessoal e acadêmica. Inclusive, tive a oportunidade de ser colaborador do livro *A luta pelo direito à cidade na Amazônia: O processo de revisão do Plano Diretor de Santarém – PA*.

Em 2018 fui estagiário de uma organização não governamental chamada Agenda Pública, uma entidade que trabalha a fim de aprimorar serviços públicos e propiciar o desenvolvimento sustentável em diversos lugares do Brasil. Nessa oportunidade, trabalhei com a socióloga Heloisa Kavinski e pude me inteirar sobre como funcionam, na prática, as políticas públicas, desde o seu desenvolvimento, suas aplicações e o acesso da população à informação sobre elas.

No primeiro momento, essa questão do acesso à informação aparentava ser de menor relevância, porém constatei, na prática, que ainda temos problemas absurdos levando em consideração a dificuldade de acesso à informação para as pessoas que mais precisam delas, em lugares onde não existe acesso a direitos básicos como Saúde, Educação, Saneamento e Segurança Pública. Fiquei com a sensação de que lutar por direitos de grupos como LGBTQIA+ seria um luxo nesse contexto, porém, depois de analisar de a questão sob o ponto de vista da representatividade dessa população, pude entender que tal processo de luta talvez possa ajudar a vários coletivos em todos os níveis de acesso informação.

Marcado pelas experiências acadêmicas narradas, decidi tomar o processo de revisão do Plano de Diretor, incluindo seus desdobramentos posteriores a 2017, como um campo de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Delimitei o eixo temático específico da educação para desenvolver meu estudo, entendendo que, para a efetivação dos direitos individuais e mistos da população LGBTQIA+, é imprescindível a criação de um espaço educacional acolhedor, diverso e representativo.

Em meio ao desenvolvimento deste trabalho e em virtude da pandemia do COVID-19 em 2020, tive que dar um encaminhamento diferente para meu estudo. Além de não poder fazer trabalho de campo e entrevistas com as pessoas que tinha em mente conversar, vi que também não seria possível fazer pesquisa dentro de qualquer espaço público, como eu pretendia. Ficou claro que a pesquisa iniciada em 2017 não teria bom andamento para além do que eu já havia acompanhado, que foi a revisão do Plano Diretor.

Em contrapartida, quando as campanhas eleitorais para vereadores iniciaram neste ano adverso, percebi uma oportunidade diferente neste momento

etnográfico atípico. Então, passei a elaborar novas estratégias de pesquisa e adotei um novo “campo” de trabalho, passando a observar a representatividade da população LGBTQIA+ e grupos minoritários na política e nas casas legislativas, já que, em nossa visão, a legislação é uma das ferramentas mais incisivas para encaminhar políticas sobre a diversidade de gênero.

Foquei nos pleitos eleitorais e comecei a acompanhar campanhas e fazer entrevistas com candidatas e candidatos que estejam próximos ou se autoafirmem como membros de grupos de mulheres, negros e negras, LGBTQIA+ e indígenas. Nesse recorte, também foi levado em consideração o público que participou da construção do texto do Plano Diretor no eixo temático da educação e assim conseguimos trazer uma visão do que essas pessoas propõem em relação a sua representatividade.

Como uma espécie de reflexo da minha na compreensão da temática abordada neste TCC, organizei o texto da seguinte maneira na sequência desta Introdução. Primeiro, apresento os objetivos e a metodologia utilizada no trabalho. Em seguida, exponho dados que alimentaram minha constatação de que lutar por direitos de grupos como LGBTQIA+ não é um luxo, mas uma absoluta necessidade tendo em vista o ideal do bem viver. Depois, narro a experiência de atuação na revisão do Plano Diretor de Santarém como parte desse processo de luta por direitos. Por fim, trago entrevistas realizadas no pleito eleitoral de 2020, encerrando o texto com algumas observações sobre a questão da representatividade.

## **2. OBJETIVO**

### **2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste trabalho é discutir como a cidade de Santarém tem se organizado para debater a necessidade de políticas específicas de gênero e sexualidade que possam contribuir para a efetivação de direitos da população LGBTQIA+, considerando os índices da violência cometida contra essa população no Brasil e a sua ainda baixa representatividade no meio político local.

## **2.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos são:

- Descrever o cenário da violência contra grupos sociais minoritários no Brasil, mais especificamente a população LGBTQIA+;
- Identificar as formas de organização e os atores sociais envolvidos ao debate sobre políticas específicas de gênero, sexualidade e direitos da população LGBTQIA+ em Santarém.

## **3. METODOLOGIA**

Conforme narrei na introdução, este trabalho iniciou em uma situação de contato direto com pessoas envolvidas no processo de revisão do Plano Diretor de Santarém, em 2017. Alguns contatos ocorreram no Grupo de Pesquisa de Direito à Cidade e consistiram na realização de entrevistas. Outros contatos se deram em trabalho de campo realizado nos próprios eventos públicos que compunham o processo de revisão do Plano Diretor.

Tratava-se, então, de uma pesquisa etnográfica na qual eu procurava estabelecer proximidade com as pessoas mais diretamente envolvidas na discussão sobre gênero e sexualidade, no eixo específico da educação. Sendo eu mesmo envolvido com a referida discussão, pude identificar as questões LGBTQIA+ na revisão do Plano Diretor de Santarém, entendendo desde o seu processo como uma ferramenta de intervenção para criação de políticas com a participação do público interessado, assim ocasionado uma discussão representativa onde o indivíduo representa o interesse de seu grupo, assim construindo uma cidade para todos.

Após a revisão do Plano Diretor, dediquei-me a pesquisas bibliográficas e busquei acionar bases de dados quantitativas sobre violências praticadas contra LGBTQIA+ no Brasil. Para isso, fiz buscas em domínios virtuais do Governo Federal, da Prefeitura Municipal de Santarém, de ONGs e de grupos organizados ou

associações que sistematizam informações capazes de nos dar um panorama da violência levando em consideração gênero, raça e sexualidade.

A intenção era realizar uma pesquisa qualitativa e quantitativa, onde os dados quantitativos contribuíssem para a melhor compreensão da expressão oral do grupo entrevistado, o qual eu pretendia expandir em 2020. Por causa da pandemia de Covid-19, porém, os contatos diretos com pessoas e órgãos públicos, que eu pretendia fazer para este TCC, foram interrompidos.

Foi então que realizei e analisei entrevistas feitas com candidatos a vereadores no município de Santarém a fim de que pudéssemos observar a questão da representatividade política em suas camadas relacionadas a gênero, sexualidade e raça, construindo um posicionamento característico de cada perfil. Neste trabalho destaquei quatro entrevistados, cujas falas transcrevi e reproduzi na íntegra, ocasionando assim uma experiência onde podemos nos ater às suas conexões, indo além de entender suas candidaturas apenas como parte de uma disputa política, mas como um processo de levantar bandeiras parciais e falar abertamente sobre LGBTQIA+fobia sem necessariamente fazer parte do grupo, mas por uma percepção da experiência que aparenta uma semelhança.

#### **4. RAÇA, GÊNERO E VIOLÊNCIA NO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+**

Crimes de ódio são relacionados a privar determinados indivíduos, em função de seu pertencimento a certo grupo social, do direito de ser e existir. São crimes basicamente motivados pelo preconceito e cometidos intencionalmente pelo fato de a vítima apresentar características identitárias específicas, por exemplo, ligadas a fatores como raça, cor, sexo, gênero, idade, religião, etnia, nacionalidade, origem ou à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

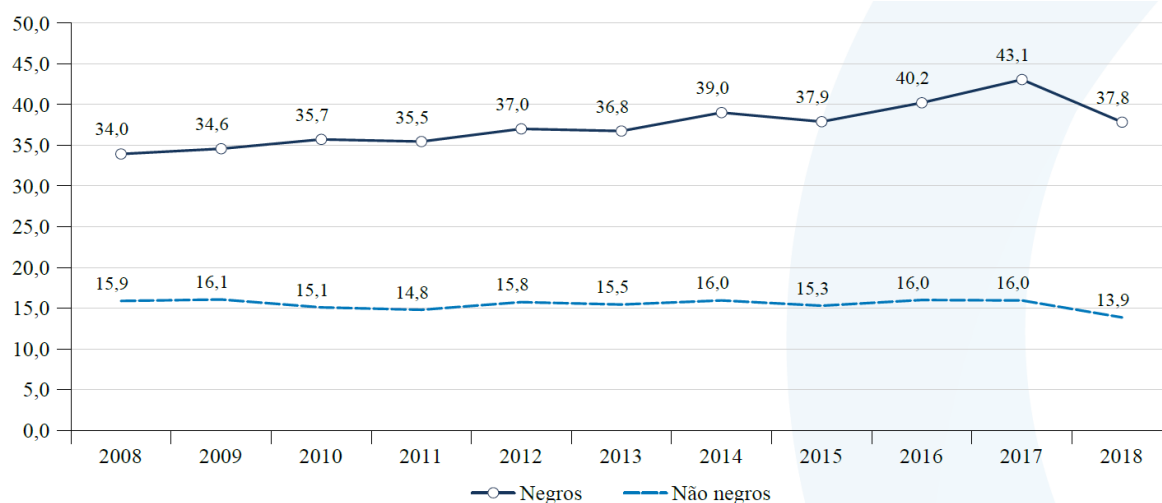
No Brasil, os casos de racismo e injúria racial são frequentes, apesar de a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, ter tornado o racismo crime há trinta e um anos no país. Mesmo assim, vemos cenas racistas explícitas todos os dias em

noticiários e em meios de informação como a internet, sem falar nos casos que se enquadram no uso do termo *racismo velado*.

Na pesquisa iniciada em 2017, tivemos dificuldades de levantar estatísticas precisas dos crimes de racismo e injúria racial no Brasil, pois não encontramos nenhum panorama oficial ou não oficial que fosse específico sobre o assunto. Entretanto o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) identificou 615 denúncias de discriminação racial em 2018, sendo 33,2% inferior ao ano de 2017. A Rede Observatórios da Segurança identificou, de forma não oficial, mais de 12.500 registros de eventos relacionados à segurança pública na Bahia, no Ceará, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo, de junho de 2019 até maio de 2020. Desses 0,4% são eventos de racismo e injúria racial.

Embora nem todos os crimes motivados por racismo incluam violência física, os números relativos a assassinatos de pessoas negras no país são indicativos de raça/cor é um fator preponderante nesse tipo de violência.

Figura 1 – Evolução da taxa de homicídios de negros e não negros a cada 100 mil habitantes (2008-2018)



Fonte: IPEA, 2020

Em relação aos números expostos no gráfico, o IPEA informa que os estados que apresentaram a maior incidência de homicídios de pessoas negras ficam no Nordeste e no Norte do Brasil. O Pará, apesar de apresentar uma razão de risco relativo baixa (3,2), se comparado aos três primeiros colocados na lista — Alagoas (17), Paraíba (8,9) e Sergipe (5,1) —, em números absolutos só fica atrás

de Roraima (87,5), Rio Grande do Norte (71,6) e Ceará (69,5), com 60 homicídios de pessoas negras contra 18,6 de pessoas não negras a cada 100 mil habitantes (IPEA, 2020, p. 49).

Ainda em relação ao Pará, o IPEA assinala que, entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios de não negros cresceu mais que a de homicídios de negros no estado, assim como ocorreu no Amapá, no Amazonas e em Pernambuco. Mesmo assim, nesses quatro estados a razão de risco relativo de homicídios de negros, frente à de não negros, é superior à média nacional (2,7). O relatório alerta que, “apesar de esse cenário apontar para uma inversão da tendência nacional dos homicídios, é importante ressaltar que esse processo não necessariamente significa que o racismo e a racialização deixem de incidir sobre os eventos violentos” (IPEA, 2020, p. 49). Nesse sentido, observa que:

Pelo contrário, estados como Amapá, Amazonas e Pará, que compõem a região amazônica, apresentam população descendente de três matrizes principais (negra, indígena e branca), sendo que as relações raciais não são interpretadas somente no *continuum* branco/negro, mas combinam essas matrizes com identificações que consideram o elemento indígena. Traduzidas essas características para a classificação do IBGE, alguns desencontros podem ocorrer, como considerar pessoas de ascendência indígena e branca nos registros de mortalidade como brancas, quando estas se autoidentificariam como pardas ou mesmo pretas. Desse modo, a interpretação das mortes ocorridas nessas localidades ainda merece maior atenção, e não pode ser feita de forma direta e automática, em razão das especificidades da região (IPEA, 2020, p. 50).

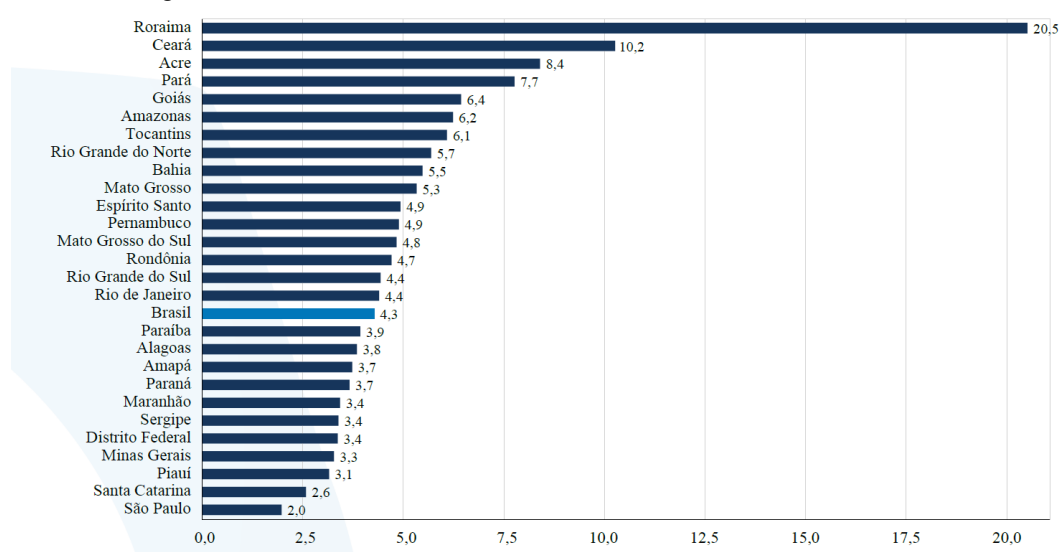
Se cruzarmos o fator raça/cor com o fator gênero, os números são ainda mais alarmantes, indicando a maior vulnerabilidade da mulher negra, tanto ao feminicídio quanto a outras formas de violência, em especial, doméstica. Tomemos, para começar, o cenário da violência doméstica, independente da raça/cor da vítima.

Segundo os dados do 12º Anuário de Segurança Pública de 2017, feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública foram registrados 221.238 casos de violência doméstica no Brasil, ressaltando que são extremos por lesão corporal dolosa e que o Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso e Roraima não informaram os dados para a pesquisa.

Como o Anuário de 2018 não mostra especificamente os dados da violência contra a mulher e do feminicídio, então procuramos O Mapa da Violência Contra Mulher 2018, que não é oficial. O mapeamento foi feito usando a metodologia de analisar 140.191 notícias, a partir das quais foram identificados 68.811 casos de violência contra a mulher. Em outras fontes de dados oficiais do governo, disponibilizadas no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) foram identificados pelo 180 serviço 24 horas, de janeiro a julho de 2018, 63.116 casos e 92.663 denúncias de violência contra a mulher. Não encontramos justificativa para que esse monitoramento pelo Ministério fosse realizado apenas até o a metade do ano.

Em relação a atos de violência seguidos de morte, o IPEA (2020) registrou, em 2018, 4.519 vítimas de feminicídio no Brasil. Com isso, a taxa de homicídios de pessoas do sexo feminino foi de 4,3 para cada 100 mil habitantes naquele ano, representando uma queda de 9,3% desde 2017. Entretanto, o número de feminicídios aumentou em mais 20%, no mesmo período, em três estados: Roraima (93%), Ceara (26,4%) e Tocantins (21,4%). Roraima e Ceara também apresentaram as maiores taxas de assassinato de mulheres no país: respectivamente, 20,5 e 10,2 para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. Em seguida, vêm mais dois estados da região Norte: o Acre, com taxa de 8,4, e o Pará, com 7,7.

Figura 2 – Taxa de homicídios a cada 100 mil mulheres

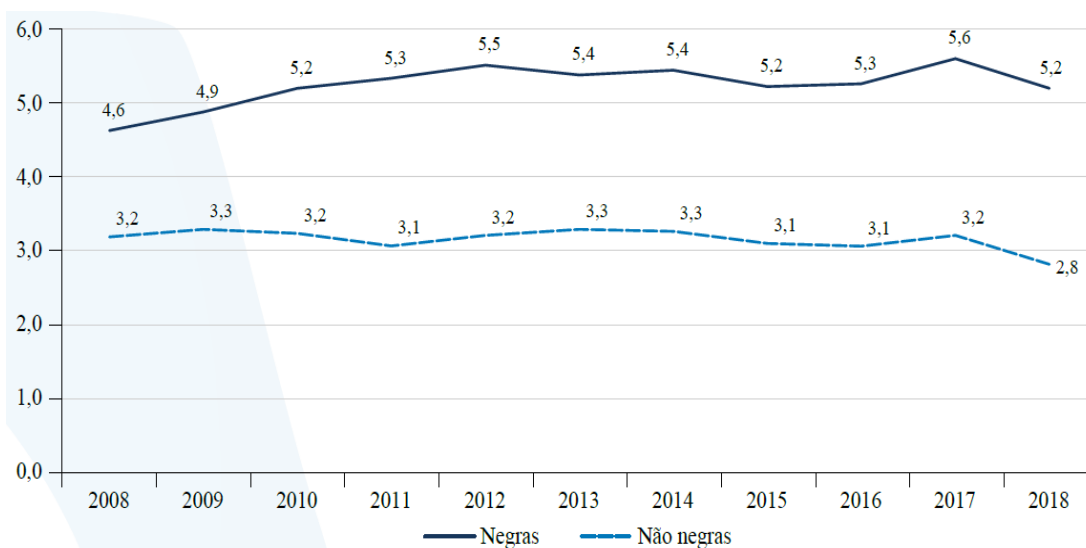


Fonte: IPEA, 2020

Nos primeiros seis meses de 2019, segundo o MMFDH, houve um aumento de 10,93% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para 2020, não temos dados conclusivos disponibilizadas por vias oficiais, mas as não oficiais como canais de notícia indicam uma crescente alarmante da violência doméstica durante a pandemia do COVID-19.

Um fator importante na composição da taxa de homicídios de mulheres no Brasil é, como adiantamos, a condição racial. Detalhando-se os números obtidos entre 2017 e 2018, o IPEA (2020) registra a queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, ao passo que entre as negras indica que essa queda foi menor, de 7,2%. Ainda, se considerarmos a série histórica de 2008 a 2018, a diferença é notória: “enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4% (IPEA, 2020, p. 37).

Figura 3 – Evolução da taxa de homicídio de mulheres por raça/cor entre 2008 e 2018

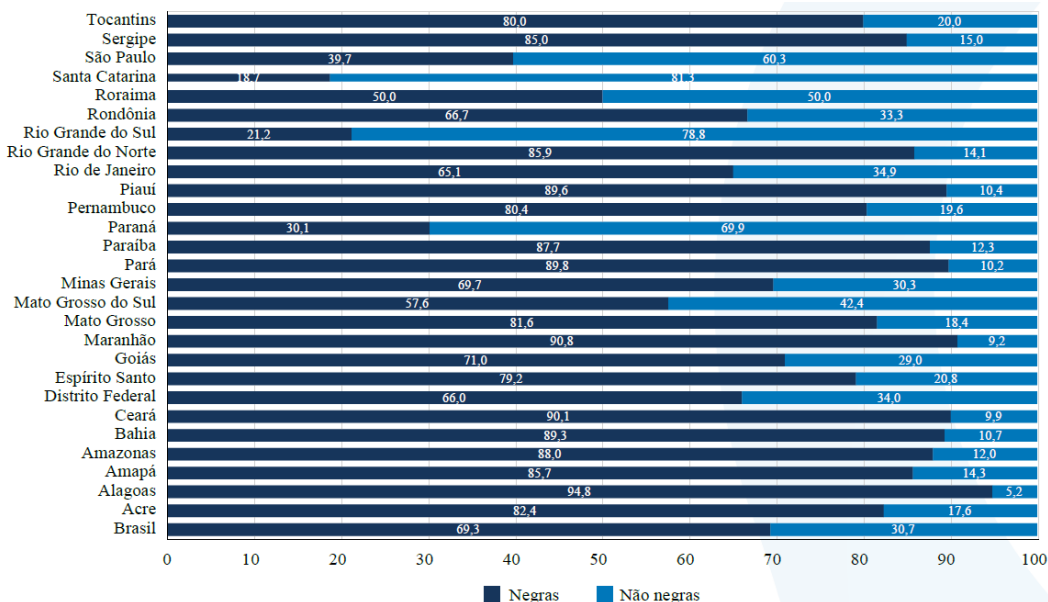


Fonte: IPEA, 2020

Corroborando a situação de maior vulnerabilidade das mulheres negras, estas representaram nada menos que 68% das mulheres assassinadas no Brasil em 2018, levando à seguinte constatação: “enquanto entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro” (IPEA, 2020, p. 37).

No Pará, os percentuais foram de 89,8% negras contra 10,2% não negras assinadas em 2018 (IPEA, 2020).

Figura 4 – Percentuais de assassinatos de mulheres por raça/cor



Fonte: IPEA, 2020

Tudo isso ocorre a despeito da vigência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que é um mecanismo direto para coibir a violência doméstica e resguardar a vida da mulher. A lei é conhecida como Lei Maria da Penha em homenagem à mulher que, tendo sido vítima de violência doméstica e tentativas de assassinato praticadas pelo seu então marido, homem branco, professor em universidade federal, enfrentou uma longa batalha judicial para que o agressor fosse condenado. Durante o processo, devido à negligência do estado brasileiro de direito, que acarretou mais violência à mulher, o país foi condenado pela Comissão Interamericano de Direitos Humanos.

Passemos agora à situação da população LGBTQIA+ no cenário brasileiro de violências motivadas por preconceitos. Em 2017 o levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) identificou 445 mortes por homofobia no Brasil (MOTT; MICHLES, 2017). Em 2018 o GGB identificou 420 por homicídio ou suicídio da população homoafetiva e transexual. No ano de 2019 o GGB registrou 329

mortes no território nacional relacionada a homofobia, com isso o GGB afirma que a cada 23 horas uma pessoa LGBTQIA+ é assassinada ou se suicida no Brasil.

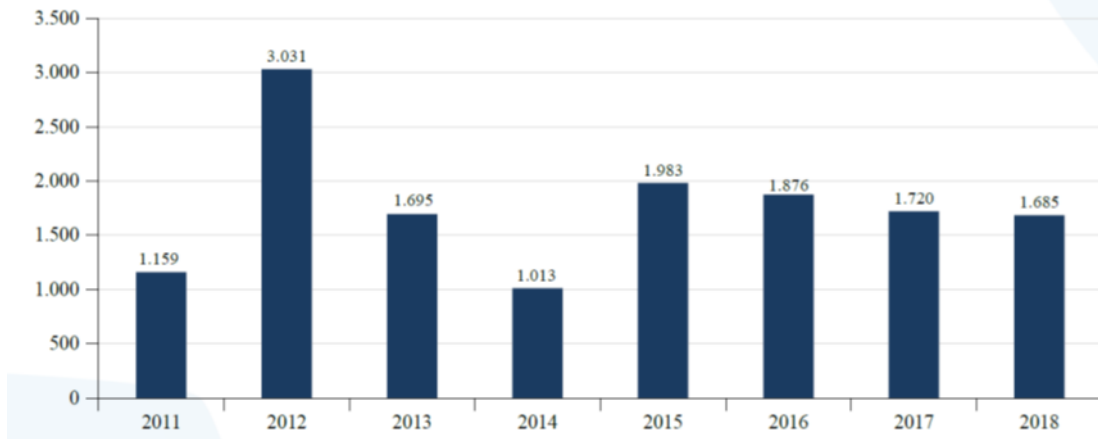
Em 2019, o Atlas da Violência passou a incluir e analisar dados específicos da violência contra a população LGBTQIA+, mas, segundo o IPEA, os indicadores desse tipo de violência ainda são escassos e dificultam um monitoramento mais eficaz. Em relação a esse problema, o IPEA (2020, p. 54) propõe:

Um primeiro passo no sentido de resolvê-lo seria a inclusão de questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento que se aproxima. Paralelamente, é essencial que essas variáveis se façam presentes nos registros de boletins de ocorrência, para que pessoas LGBTQI+ estejam contempladas também pelas estatísticas geradas a partir do sistema de segurança pública. Sem esses avanços, e difícil mensurar, de forma confiável, a prevalência da violência contra esse segmento da população, o que também dificulta a intervenção do Estado por meio de políticas públicas.

Um dos canais mais importantes de conhecimento da ocorrência de violações de direitos humanos, não só de pessoas LGBTQIA+, mas também de crianças, adolescentes e idosos, é o Disque 100. Criado em 1997 por organizações não governamentais que atuavam no campo de direitos das crianças e dos adolescentes, esse canal foi assumido pelo Governo Federal em 2003 e passou a atuar, além da recepção das denúncias, no acionamento dos órgãos de governo competentes para lidar com elas. Desde então, a procura por esse canal vem aumentando progressivamente.

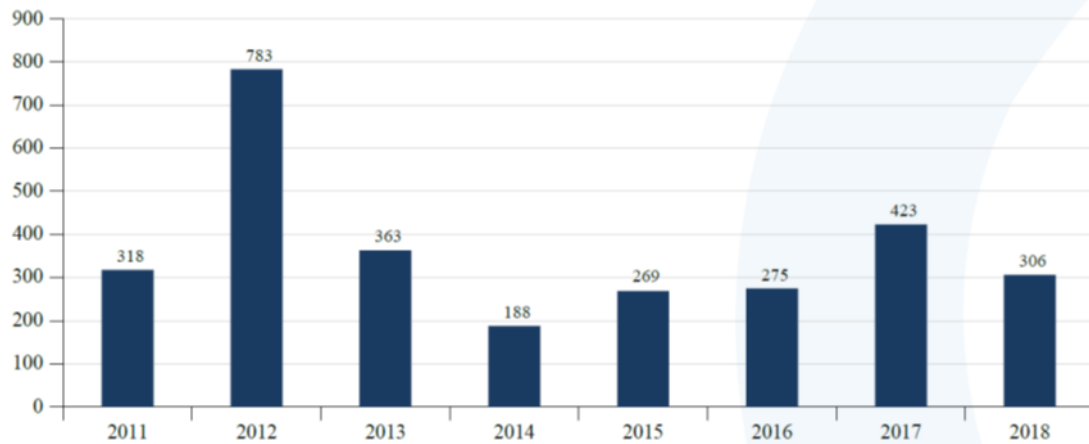
No Atlas da Violência publicado em 2020, é informado que o Disque 100 atingiu, em 2012, o mais alto número de denúncias contra a população LGBTQIA+. Os gráficos a seguir referem-se ao número de denúncias de: violência (Figura 5), lesão corporal (Figura 6) e homicídios/tentativas de homicídio (Figura 7) contra essa população, entre 2011 e 2018.

Figura 5 – Número de denúncias de violência contra pessoas LGBTQIA+



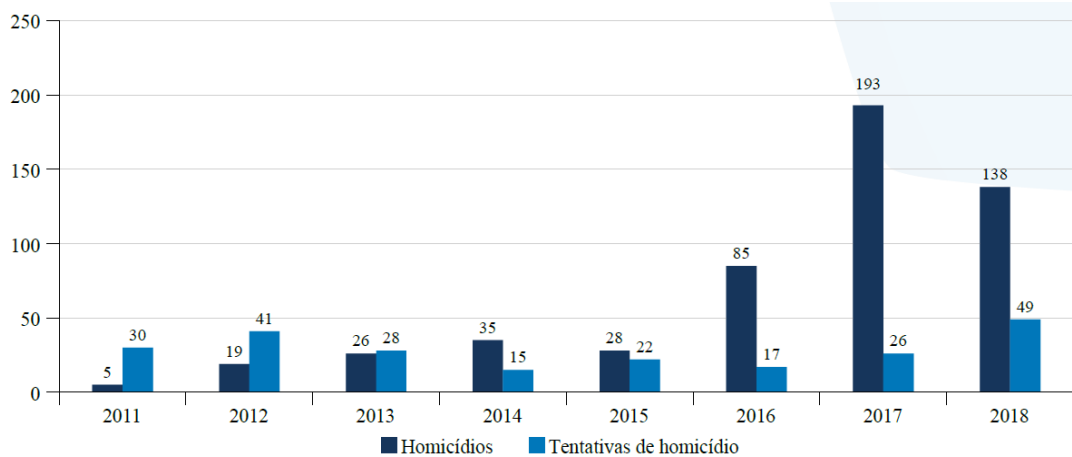
Fonte: IPEA, 2020

Figura 6 – Número de denúncias de lesão corporal contra pessoas LGBTQIA+



Fonte: IPEA, 2020

Figura 7 - Número de denúncias de homicídios/tentativas de homicídio contra pessoas LGBTQIA+



Fonte: IPEA, 2020

A subnotificação é evidente, e os números oscilam aparentemente fora de um padrão. Com atenção aos dois últimos anos da série, destacam-se dois movimentos: em 2017, o número de homicídios é mais que o dobro do ano anterior, enquanto as tentativas de homicídio aumentam menos de 30% em relação a 2016; já em 2018, o número de homicídios cai em cerca de 30%, mas as tentativas de homicídio quase dobram em comparação com 2017 (IPEA, 2020).

Ainda assim, o GGB (2001, 2006) afirma que o Brasil é, no mundo, o país que apresenta o maior número de registros de crimes letais contra a população LGBTQIA+. Esse dado tem ganhado visibilidade nos últimos anos e chamado atenção de governos e pesquisadores para frequentes ocorrências que não chegam a ser registradas ou formalmente denunciadas. Em recente estudo, Mendes e Silva (2020) analisaram a distribuição espacial de homicídios dessa natureza e demonstraram que:

O crescimento de homicídios contra LGBT no Brasil fica evidente quando se observa a evolução espacial das taxas de homicídios por municípios brasileiros no período de 2002 a 2016. No período de 2002 a 2006, apenas 158 cidades registraram este tipo específico de homicídio, o que representa 2,84% do total de cidades. No período de 2006 a 2011, o número de cidades que registraram homicídios deste tipo foi de 310, o que representa 5,57% das cidades. No período de 2011 a 2016, já eram 558 cidades que registraram os homicídios contra LGBT, o que representa 10,02% do total de cidades brasileiras (MENDES; SILVA, 2020, p. 1715).

Os autores também identificaram que os perfis das vítimas e concluíram que os homossexuais masculinos e os transgêneros predominam entre elas, concentrando-se na faixa etária de 20 a 49 anos, sendo que os transgêneros costumam ser os mais jovens. Quanto ao quesito cor/raça, a maioria é classificada como branca ou parda. Já no que se refere aos autores conhecidos dos crimes, os pesquisadores indicam a prevalência de profissionais do sexo, militares e estudantes (MENDES; SILVA, 2020, p. 1717).

Por fim, Mendes e Silva (2020) concluem que, apesar de as variações (quanto a mês, ano, regiões e cidades) não permitirem estabelecer um padrão dominante desses crimes ao longo dos anos, o seu crescimento é inegável e constitui um problema de saúde pública.

O crescimento do número de homicídios contra LGBT no país aumentou, partindo de 158 casos no período de 2002 a 2006 para 558 casos no período de 2012 a 2016, o que representa um crescimento de 253%. O número de homicídios no país de 2002 a 2006 foi 245.835 casos e aumentou para 292.103 casos no período de 2012 a 2016, um crescimento de 18,82%, ou seja, o número de homicídios de LGBT cresceu 13 vezes mais se comparado aos casos da população geral no mesmo período (MENDES; SILVA, 2020, p. 1719).

Além da preocupação com o crescimento dos casos de homicídios praticados contra a população LGBTQIA+, um levantamento independente realizado por pesquisadoras ligadas à Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) e ao Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) alerta para a impunidade. Benevides e Nogueira (2019, p. 15) informam que, dos 163 assassinatos de pessoas trans ocorridos em 2018, só 15, ou seja 9%, resultaram em prisão de suspeitos. Citando dados da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, elas acrescentam que, dos casos de assassinatos concluídos no Brasil, 96% foram arquivados e apenas 4% foram denunciados à Justiça.

Os dados justificam a criminalização da homofobia e da transfobia em 13 de junho de 2019 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nessa decisão, a corte brasileira se embasou na lei que criminaliza o racismo, categorizando a violência contra pessoas LGBTQIA+ como crime, até que seja aprovada pelo Congresso Nacional uma lei específica. Por ora, por meio dessa decisão do STF, a importância da punição de crimes motivados por gênero afirmou seu lugar.

Enquanto isso, o projeto de lei anti-homofobia apresentado pela então deputada Iara Bernardi tramita desde 2001 na Câmara de Deputados. Em sua tramitação, já se tornou um assunto polêmico, pois os religiosos se sentem diretamente afetados pela proposta de criminalização da homofobia. Não podemos, então, deixar de ressaltar que a laicidade do sistema político brasileiro é fraca e

parcial. Também devemos levar em consideração que a representação ou a ausência dela, ou a falta da diversidade de gênero nas cadeiras parlamentares, é um empecilho para que tais projetos de lei tenham alguma chance de passar e garantir o apelo judicial do direito a identidade de gênero e sexualidade.

Os três eixos de violência acima abordados, que são racismo, violência contra a mulher e homofobia, mostram que apenas leis não são suficientes para a garantia do direito à vida. Os dados aqui expostos, tanto os oficiais como os não oficiais, revelam que o Brasil é um dos países mais perigosos para esses três grupos sociais (MOTT, 2001), e que os riscos possivelmente se agravam quando um indivíduo acumula características específicas de raça, gênero, sexualidade e classe social.

Fica claro que não se tem pelo menos ferramentas consistentes de observação dos dados, desses tipos específicos de crimes, e por isso é preciso abrir um espaço maior para a defesa do direito em outros meios de formação do indivíduo, como por exemplo a educação básica, criando um espaço tanto acolhedor de diferenças, quanto formador de opinião. Só assim podemos ter uma sociedade menos violenta, aprendendo com esses processos a construir um novo *normal* com direito à liberdade de ser e existir. Trabalhar as diferenças de todos os grupos na escola pode ser um fator que, talvez em alguns anos, contribua para que esses panoramas de violência sejam modificados e provavelmente contribuirá para tantos outros que não são abordados neste trabalho.

## **5. A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTARÉM EM 2017**

O Plano Diretor de uma cidade é um projeto que visa a ocupação nos aspectos econômicos, físico e social de um município. Ele é previsto no artigo 182 da Constituição Federal e deve ser aprovado pela Câmara Municipal. Ele também é embasado pelo Estatuto das Cidades, sob a Lei Federal nº 10.257/2001 na qual também se estabelece que deve ser participativo, tendo em seu processo a cooperação de entidades e associações representativas de vários segmentos comunitários a desde o planejamento até a sua implementação.

O processo de revisão do Plano Diretor de Santarém teve início no mês de agosto e foi até dezembro de 2017. Ele obedeceu o seguinte processo, que é descrito no *Relatório das Etapas para Criação do Plano diretor de Santarém*: primeiramente, foram feitas leituras comunitárias na Zona Rural, depois o I Seminário em Alter do Chão; em seguida foi feita a leitura comunitária na Zona Urbana e por último o Congresso ou Conferência do Plano Diretor. Com esses processos o texto final aprovado em assembleia geral com representações de vários segmentos, associações, universidades e outros seguiu para revisão e aprovação na câmara municipal de Santarém.

Art. 1º § 1º O Plano Diretor do Município de Santarém engloba todo o território municipal e tem por finalidade geral realizar o pleno desenvolvimento da função sócio-econômico-ambiental da propriedade e promover a integração e complementaridade entre as atividades sócio-econômico-ambientais urbanas e rurais, de forma a assegurar o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território e o bem-estar de seus munícipes.

Segundo o documento, ele tem a finalidade de abranger contextos geográficos-sociais com cunho sócio-econômico-ambiental, ou seja, a população afetada diretamente sendo rural e urbana, as áreas de florestas, tanto para preservação quanto para empreendimentos, os setores privado e público, a fim de conceder um processo transparente de desenvolvimento ecológico e o bem-estar da população.

Não é nossa intenção fazer uma análise da conceituação de princípios da minuta, porém no inciso primeiro do artigo um temos a referência ao conceito de *bem-estar*, que pode passar despercebido, mas para este trabalho é relevante pois queremos entender que para uma iniciativa tão impactante no município ser de fato interativa nós temos que ir além de um conceito que preza apenas pela saúde mental, emocional, social e física, pois assim apenas criamos uma cidade para sobreviventes e não para ser vivida.

Os Planos Diretores são avanços, são conquistas. O fato de eles estarem previstos na Constituição de 1988, serem traduzidos e esmiuçados no Estatuto da Cidade, traz avanços, o fato de serem participativos, por isso não é um instrumento

que se pode abrir mão. Ele é importante porque vai garantir legalmente, já que será transformado em lei, então o plano tem força de lei, é o instrumento legal que a população tem para exigir direitos. No entanto, nem tudo se resolve no plano, nem tudo se resolve no planejamento. A outra dimensão de acompanhamento é a gestão. Esse é o principal embate. Por isso que nossos planos não têm muita força, tem força de lei, mas não política. Isso acontece porque a população não se utiliza dos planos, não conhece os planos, não conhece a importância e a efetividade desse instrumento (REIS; RODRIGUES, 2019, p 202-203).

Figura 8 - Assembleia de revisão do Plano Diretor



Fonte: Daniel Gutierrez Govino (2017)

Este trabalho se atém ao processo específico do eixo temático da educação para a manutenção de direitos individuais e mistos onde a discussão está para a criação de um espaço educacional acolhedor, diverso e representativo. Foi observado que para criação desse espaço acolhedor de ensino, seria necessário um leque mais abrangente, onde as prioridades seriam anexar uma interação ampla de espaços educacionais que pudessem prever e/ou amparar a formação de

profissionais da educação que tivessem uma capacitação complementar dos recortes de gênero e raça e suas ramificações.

Não podemos nos prender ao entendimento que esse tipo de discussão é algo atual e sim que foi um conceito marginalizado ou pouco explorado dentro do espaço educacional público. No eixo de educação mostrou-se uma manifestação expressiva, atendendo à reivindicações historicamente suprimidas no contexto social em que vivemos, especialmente em relação a políticas com recorte de raça – sendo essa uma reivindicação política de pessoas negras, quilombolas e indígenas –, de valorização das culturas diversas da Amazônia, como das comunidades de rios e campos, bem como de gênero e sexualidade.

Não podemos deixar de situar que a assembleia da revisão do plano diretor, que é o evento em que nos atemos e amparamos para comentar nesse trabalho tem uma configuração de representatividade curiosa. A quadra esportiva do colégio Brigadeiro Eduardo Gomes ficou dividida entre entidades de bairros, estudantes, professores e curiosos, e, de outro lado, um grupo articulado de pessoas que estavam ligadas provavelmente ao agronegócio, vestidas com camisas brancas com a seguinte frase: *Na minha terra pode desenvolvimento economicamente sustentável!*

Figura 9 - Conversa entre lideranças



Fonte: Daniel Gutierrez Govino (2017)

E embora muitas pessoas que compareceram a conferência tivessem interesse em discutir sobre a liberação da área portuária dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Juá, este contexto diverso fez com que, fora dos polêmicos assuntos divergentes em relação à terra, houvesse uma concordância em assuntos que talvez levassem a uma aceitação de políticas relacionadas a gênero e sexualidade.

A conferência durou três dias, e o último dia foi uma realização do que seria o mais próximo que chegaríamos de uma construção coletiva de políticas onde os projetos trabalhados nos grupos do dia anterior foram aceitos sem interposições expressivas dos outros participantes. Talvez as críticas foram feitas para que seja de fato mais diverso e amplo, afinal a representatividade ali presente necessitava dessa transformação?

Por isso, para entender o imaginário que alimenta as lutas urbanas nas cidades da Amazônia, que compõe nosso direito à cidade, não podemos tomar por base apenas os referenciais

teóricos europeus e as lutas de sujeitos coletivos de outras regiões, embora essas também sejam importantes contribuições para nossas análises. Isso indica um novo olhar sobre como nós, que moramos na Amazônia, temos nossa própria forma de produzir o espaço, forma essa que vem sendo construída e reconstruída há muitos séculos. Essa construção se faz por meio de práticas, ancestralidades, tradições, rituais e místicas (REIS; RODRIGUES, 2019, p 15).

Sem dúvidas, o texto final, resultado do trabalho de um grupo tão diverso, foi algo que, se passasse e fosse aplicado, faria com que Santarém fosse uma das cidades com um tal nível de tolerância que permitiria uma ocupação bem diversificada dos espaços públicos, com segurança ou, pelo menos, com menos hostilidade do que temos em 2020. É fato que, com a criminalização do racismo e da LGBTQIA+fobia, salvaguardamos o direito à existência, no entanto não podemos ter certeza de que isso será aplicado na periferia de cidades em contextos amazônicos, onde ainda faltam infraestrutura, educação, segurança e outros direitos básicos fundamentais.

Figura 10 - Fim da Assembleia da revisão do Plano Diretor



Fonte: Daniel Gutierrez Govino (2017)

De toda maneira, inspirado em Acosta (2010, 2012, 2016) e seu conceito de *bem* viver, entendo que a discussão de gênero na revisão do Plano Diretor de Santarém pretendia mais que salvaguardar o direito à existência ou ao bem-estar. Nela estava embutida a pretensão de criar formas mais equilibradas de ocupação da cidade por meio da construção de um conhecimento ecossistêmico local, baseado em modos próprios de pensar e imaginar outros mundos, ousado dizer, em um *puxirum* onde todos contribuem para que exista de fato um desenvolvimento sustentável em todas as dimensões (ambientais, econômicas, sociais, culturais etc) e que ao mesmo tempo resguarde direitos dos povos tradicionais, das mulheres, dos negros e negras, das LGBTQIA+ e da floresta.

Como desfecho do cenário o texto foi para a câmara municipal de vereadores de Santarém, nas mãos de parlamentares e assessorias o levante social implementado no texto foi sufocado para se alinhar a um plano de cidade que já havia se estabelecido pelos grandes empresários, causando assim um grande descontentamento de que fez parte desse processo todo de discussão, com isso se popularizaram várias notas de vários segmentos sócias como apresentados nos anexos 1 ao 14 desse trabalho.

## **6. A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA LGBTQIA+**

Conforme expus na introdução, em meio ao desenvolvimento deste trabalho e em virtude da pandemia do COVID-19 em 2020, tive que dar um encaminhamento diferente para minha pesquisa de campo iniciada no processo de revisão do Plano Diretor. Após certo tempo de paralisação diante da dificuldade de realizar pesquisa, entendemos que as campanhas eleitorais para vereadores neste ano adverso estavam em andamento e eram uma oportunidade de reelaborar e continuar este trabalho, focando agora na questão da representatividade LGBTQIA+ nos pleitos eleitorais, haja vista que neste ano de 2020, a Câmara de Vereadores de Santarém é composta apenas por uma mulher, e o restante são homens brancos.

Assim, começamos a acompanhar as campanhas e fazer entrevistas com as candidatas e candidatos que pertençam ou apoiem grupos como LGBTQIA+, mulheres, negros e negras, e indígenas. Como resultado, apresento quatro entrevistas que permitem entrever o modo como a discussão de gênero perpassa essas candidaturas e que pautas levantam.

### **Entrevistada 1:** Mulher negra e professora.

*Sou uma jovem, caboca, negra da comunidade do Carariacá, da beira do rio Amazonas, cheguei à cidade aos doze anos de idade, aos quinze comecei a cantar em eventos de bairros e encontro da família, a educação sempre foi uma grande aposta na minha, estudei em escola pública, fiz cursinho popular, passei na universidade pública em Letras, fiz especialização em Língua, Cultura e Sociedade (mestrado em Educação). E as temáticas das minhas pesquisas abordam sempre as questões sociais e infância, em 2013 iniciei um projeto com crianças e adolescentes no bairro da Liberdade, Mapiri, ofertando ao lado de amigos e parceiros aulas de música gratuita.*

*A decisão para me candidatar a vereadora surgiu a partir desse entendimento, dessa compreensão que as principais decisões e a transformação social da nossa vida toda passar pela política e também pra dar orgulho a minha família que sempre teve uma ligação muito grande com a questão comunitária e buscar uma cidade melhor para crianças como minha filha né, eu resolvi topar esse apoio. Me vejo na política como... eu vejo a política super importante na vida de todo mundo, talvez meu nome tenha se compreendido na política como uma novidade nesse sentido de renovação, nós temos ai na cidade apenas uma mulher vereadora, então é fundamental que essa questão da paridade entre gênero seja pauta, em especial as políticas*

*para mulheres sejam priorizadas por que são anos de falta de representatividade, então me vejo na política como alguém engajado, alguém que pensa política cultural, política da educação, política pra mulheres, ações afirmativas que atinge povos indígenas, quilombolas, juventude e o público LGBTQIA+, então me vejo como uma ponte né, dessas vozes excluídas durante toda a nossa história.*

**Entrevistada 2:** Mulher negra, estudante, LGBTQIA+ e feminista.

*Eu comecei a me organizar e entender o que era uma organização política com treze anos, foi quando eu conheci o coletivo Juntos e o primeiro ato que eu participei foi contra a construção de Belo Monte, aqui em Santarém né o ato, desde então eu achei que seria importante eu começar a participar de movimentos que lutassem por coisas que eu acreditava, ainda que eu fosse muito jovem, ainda que eu não tivesse conhecimento sobre minha própria vida, sobre o que estava acontecendo, mas eu já sentia essa necessidade dentro de mim, pelo fato do meu irmão fazer parte do movimento ele sempre me ajudou muito, na compreensão sobre o que significava a organização política, do que significava o movimento, da importância de se lutar e em 2014 teve a eleição presidencial e o Psol apresentou a candidatura da Luciana Genro e isso foi muito importante pra mim, ver o lado feminista da luta né, ver uma mulher presidenciável num debate, dizendo pra não levantar o dedo pra ela, colocando questões que eu nunca tinha visto né, por ser muito nova, mas por que os modelos tradicionais políticos não colocavam as nossas vidas como prioridade, então ver ela falando sobre a legalização do aborto, sobre sexualidade né, falando abertamente sobre isso em rede nacional, sendo uma mulher*

*se declarando feminista foi muito importante para que eu conhecesse o Juntas né, que é o coletivo feminista e eu comecei a me organizar, tentei participar do máximo de coisas que eu conseguia, a partir desses dois momentos né 2013 não! Haha olha só eu errei, eu tinha treze anos mas era em 2011 o ato contra Belo Monte, então foi esse dois momentos em 2011 no meu primeiro ato de rua e em 2014 nas eleições presidenciais quando eu vi Luciana Genro e após isso eu fui começando a participar de reuniões do Juntas e do Juntos e fui me encontrando nesse espaço, em 2016 eu me filiei ao Psol logo quando eu tive idade suficiente, tirei o meu título me filiei ao Psol com muita convicção já tinha estudado o que era o partido é entrei no MES que é o movimento de esquerda socialista já tendo a convicção do que significava ser um partido de tendências que era o movimento esquerda socialista e entrei de cabeça no partido, também foi o ano que eu entrei na universidade em história na UFOPA e eu logo de cara peguei uma eleição do DCE e assumi a direção geral da entidade e também foi um ano, esse ano foi um ano muito cheio, também foi o ano que teve a ocupação da universidade né e a ocupação foi um momento muito único assim na vida de todo mundo que participou na minha não foi diferente, como eu era coordenadora geral da entidade que representava os estudantes, que representa os estudantes na universidade eu não tinha como me furtar desse momento e nem iria né, ainda que não fosse coordenadora mas eu tiver que assumir um papel naquele momento também de estar à frente com outras companheiras maravilhosas, especialmente mulheres que construíram esse momento da ocupação que seguraram ali no peito tudo que estava chegando e foram dias difíceis assim tanto de convivência interna, quanto de pressões externas que tinha ali o MBL tentando nos tirar literalmente a força desse*

*espaço, a gente construiu a maior assembleia de estudantes que a Ufopa já teve com mais de mil pessoas onde a assembleia teve que ser interrompida pois os caras do MBL ameaçaram e quiseram mesmo nos agredir naquele momento da assembleia então esse também foi um momento muito importante né e depois disso em 2017 eu também comecei a participar de coisas nacionais do CONUNE né o Congresso da UNE e aqui em Santarém teve o congresso da UES onde eu me tornei diretora daqui da entidade aonde eu assumi uma cadeira na União de Estudantes de Ensino Superior de Santarém e comecei uma militância mais geral do movimento estudantil, não só da UFOPA mas também de representação de outras universidades, né, representando outras universidades, depois disso eu também acabei assumindo um papel dentro do PSOL aqui em Santarém né, do diretório aqui de Santarém, desde 2018 assumi uma cadeira, uma cadeira executiva do partido aqui na cidade e comecei a construir as lutas partidárias com mais responsabilidades e ai fui pegando as condenações nacionais do juntos, do juntas, construindo dentro da universidade, no ano passado estive também como diretora do DCE não mais como coordenadora mas também na executiva do diretório construindo ai as lutas do tissuname da educação essas lutas contra o Bolsonaro, fora o Weintraub e hoje estou aqui como candidata a vereadora.*

*A decisão de ser candidata a vereadora ela foi uma decisão coletiva né, através do juntos e do juntas que são os movimentos que eu milito de a gente ter a necessidade de ter alguém de nós representando a projeto político que a gente constrói diariamente a muitos anos aí né, há nove anos que a gente de construção nacionalmente, aqui em Santarém também, então essa necessidade da gente apresentar nas eleições uma alternativa política que é possível fazer algo novo*

*na cidade esteja ligado aos velhos acordões de sempre da direita, mas que também não esteja ligado aos vícios da esquerda que tá sempre olhando pelo retrovisor e quer repetir os erros do passado, de que é possível a gente ter uma outra via que é uma via nova que é uma via que não repete os erros do passado, que é uma via anti-racista, anti-capitalista, feminista, LGBTQIA+, da periferia que não tem medo de levantar a bandeira da esquerda, e a gente queria apresentar isso nas lutas que a gente já constrói diariamente na cidade, mas também nesse pleito eleitoral que acaba sendo que acaba sendo né um espaço de muita visibilidade pra a gente colocar as nossas lutas, então foi uma coletiva pra que a gente tivesse um nome e o nome apresentado, acordado foi o meu, pelo fato de já está dirigindo o coletivo em Santarém.*

**Entrevistado 3:** Homem indígena e negro.

*Eu costumo dizer que eu sou uma interseção né, negro indígena, é a minha bisavó era uma negra, lembro bem pequeno dela, uma negra, da pele bem escura da mão branca, ela morava em Fátima do Ituqui, hoje seria entre saracura e arapenmã, seria um território quilombola mas o fenômeno de terras caídas há levou e a minha vó por parte de mãe é indígena cumaruara daqui do Suruacá, Solimões daí, isso é lógico de quando era criança eu não tinha essa noção, mas logo depois quando vêm a militância, e a nossa descoberta do mundo isso vem com muita força né, então eu gosto de falar isso, faz parte, fortalece a minha trajetória, a minha vó era ativista da igreja, professora de primeira comunhão, de crisma, a igreja católica teve uma importância grande na minha formação, principalmente pela campanha da fraternidade, principalmente pela campanha dos menores abandonados e do*

*clamor do povo negro, isso me aproximou dos franciscanos, me aproximou da igreja e quando entrei na universidade, mas sem dúvidas a universidade é o abre alas, universidade despertou tudo isso, me aproximei do direito indígena, dos direitos humanos da igreja católica, da justiça, paz e integralidade da criação dos franciscanos, conheci o movimento estudantil, me tornei liderança do movimento estudantil, e ai depois conheci o partido né, fui um dos fundadores do Psol e desde então sou um cara que pensa a política do partido, que organiza as candidaturas, saio candidato e estou na... fazendo intervenções políticas na sociedade, ajudando no movimento indígena, no movimento negro unificado, trabalhando em movimentos sócias, em defesa da floresta contra o agronegócio e da frente em defesa da Amazônia, hoje trabalho com justiça restaurativa, sou cada vez mais abolicionista penal, não acredito no sistema penal mude alguma coisa e esse é um pouco da minha trajetória, sou servidor público da UFOPA, dialogando com os professores da rede privada também e com os direitos humanos. Essa é a minha batalha.*

*Eu fui o primeiro candidato do Psol aqui na região, minha candidatura foi por conta da nossa formação, fundação do partido e por conta dessa relação com movimento social, movimento estudantil principalmente né, a gente não teve como em outros lugares, Belém por exemplo que rompe um grupo organizado e começa a construir o partido, foi, a gente começou a construir do zero mesmo né, a primeira decisão foi essa ai, hoje a decisão foi pela necessidade de fortalecer, o legislativo, nós precisamos colocar todas as nossas figuras públicas pra disputar as eleições, não lançamos candidatos a prefeitos para tentar uma vaga para o legislativo, então a gente lançou o Márcio Pinto a candidatura das mulheres, os*

*movimentos sócias também lançaram candidaturas coletivas, saiu eu, saiu uma candidata do movimento estudantil, é o objetivo foi esse, o start foi essa de ocupar a câmara municipal.*

*Eu me vejo na política como um índio preto, que reconhece a importância da sua identidade, a importância da educação pública na trajetória, é alguém que resolveu se posicionar ao lado da população da Amazônia do povo da terra, que organiza a luta contra o agro negócio, principalmente hoje contra a descolonização e acredita que é possível a gente superar esse modelo de morte de violência, me considero também um ativista da não violência, tenho conversado muito com meus amigos homens sobre esse privilégio masculino, sobre o machismo, e assim eu me vejo nessa política né, me vejo na contra mão dessa hegemonia branca, ocidental e racional. Na luta!*

**Entrevistado 4:** Homem, Gay e não branco.

*Minha trajetória está ligada inicialmente a minha família né, a minha mãe me criou sozinha ela vem aqui da região do planalto Santarém - Curuá-Una ela foi a primeira e única filha da família que saiu pra estudar e posteriormente ela virou professora aqui na cidade, então tanta a construção da minha mãe quanto a minha é com base na educação então a gente sempre foi muito humilde, então tudo que a gente conseguiu foi com base na educação, então a minha mãe só melhorou, teve uma condição a mais depois dos governos do PT, governos que olharam pra assistência social, a valorização da mão de obra do professor entre outras situações, inclusive eu, eu me formei pelo PROUNI, então por exemplo todas as aberturas que tiveram na minha vida foi mediante a educação, então isso*

*é bem claro pra mim, então a minha trajetória começa ai, disso, essa percepção de mundo, quem vem de baixo, que precisa construir, galgou um espaço na sociedade, um espaço enquanto pessoa, sempre percebeu que queria fazer e poderia fazer algo a mais por outras pessoas, então como eu me formei pelo PROUNI eu me formei na FIT, quando a gente faz faculdade particular mesmo que seja bolsista é muito difícil a gente fazer pesquisa, fazer trabalhos acadêmicos e não dava, então eu decidi que quando eu acabasse a universidade eu ia me voltar para os trabalhos sociais, eu ia tomar algum rumo, então posteriormente a isso eu entrei na OAB na comissão de diversidade e de gênero e posteriormente no coletivo +Diversidade, a gente sempre enfrentou dificuldades por mais que tivessem instituições como a OAB, instituições que são restritas, elas tem limites a gente esbarra por situações ideológicas, situações institucionais que não deixam a gente ir adiante, então sempre foi muito difícil falar sobre sexualidade, falar sobre gênero pra abarcar o maior número de pessoas dentro dessas construções dessa instituição. Então a única camada que a gente tava conseguindo abarcar era a camada universitária, acadêmica e as pessoas que por exemplo já tem um nível profissional e educacional mais elevado, as pessoas com mais vulnerabilidades, tanto financeira e econômica que por exemplo tão fora do mercado de trabalho que não alcançaram o nível educacional onde não foi propiciado que não foi propiciado oportunidades pra essas pessoas não foi possível alcançar, principalmente quando a gente fala sobre a população Trans. Então isso não compatibilizava com que eu queria e com que as pessoas com que eu trabalhava queriam, que por exemplo a gente precisava incluir mais pessoas, então nesse meio termo a gente teve algumas dificuldades institucionais com a OAB então a gente terminou o projeto,*

*saiu, finalizou sobre projeto que era a comissão sobre a Comissão da Diversidade, então a partir daí eu comecei a ter trabalhos mais individuais, atendendo pessoas enquanto advogado e as pessoas que sempre me procuraram foi por conta da violência tanto física como violência psicológica familiar, em outras situações acabei me tornando referências a outras pessoas nesse sentido, inclusive numa das mais drásticas foi no caso do Davi Amaral, então eu sempre pensei que por exemplo quando me chamavam para entrevistas, pra falar enquanto coletivo eu sempre disse: Gente eu não posso falar enquanto coletivo, por que eu não faço parte de nenhum coletivo, eu faço trabalhos individuais. Quando a gente fala pelo uma coletividade é algo que deve ser pensado e refletido por que você deve vivenciar aquilo enquanto movimento, enquanto organização, que não era o caso, então a partir daí eu comecei a refletir que precisava entrar em algum movimento e que aquilo precisava ter uma amplitude maior e eu conseguisse chegar em outras pessoas, pra isso eu precisava me qualificar, eu pensei: Não, hoje eu sou um advogado qualquer que tem uma especialização, eu preciso fazer um mestrado, eu preciso fazer um doutorado e enquanto isso eu vou fazendo os meus trabalhos! Então eu entrei no mestrado pra mim ter um hall um pouco maior, pra dizer assim: Poxa não é um qualquer que está ali falando, vamos dar ouvidos a ele! E tem essas aberturas e queira ou não queira abre nossos caminhos além dos trabalhos que a gente faz enquanto militância, enquanto coletivo.*

*Então quando eu pensei a uns dois anos atrás sobre a vim a cargo político eu sentei com algumas amigas advogadas que fizeram parte comigo em alguns movimentos e falei sobre isso, é recebi total apoio por ter capacidade técnica de levar pautas que dificilmente qualquer outra pessoa levaria e tentar-se elas,*

*então isso me deu um gás a mais, então tudo enquanto candidato foi-se construído, foi-se pensado a uns dois anos atrás. Então qual seria o movimento que precisaria entrar? Então seria um movimento político, então me filiei ao PSOL que é um partido ao qual eu me identifico, que tem lutas aguerridas que sempre está sendo resistência, que está levando pautas necessárias, que desde sempre fala sobre paridade de gênero, sobre direitos LGBTQ+, entre outros assuntos então eu me identifiquei e entrei, então quando eu me candidatei agora a vereador, entendo que por exemplo o lastro, a amplitude elas podem vim por políticas públicas, elas podem ser enfrentadas dentro da nossa sociedade nesse momento, então é um momento que eu venho como candidato tencionando toda a nossa sociedade a verificar que existe políticas públicas que precisam ser implementadas e pessoas que precisam ser visibilizadas, todos são inviabilizados por serem negligenciados direitos, políticas públicas são deixadas a margens, então é nesse sentido de fazer esse tensionamento e galgar uma vaga por que eu me sinto muito feliz tencionando hoje, falando sobre políticas publicas LGBT, sobre inovação, sobre saúde, sobre vários outros assuntos que a gente consegue agregar enquanto técnico, enquanto lugar de fala, por exemplo hoje eu falo tranquilamente sobre políticas publica LGBT por eu tenho um experiência quando da minha vida acadêmico quanto a minha vivencia enquanto pessoa , consigo falar de inovação por que já tenho um lugar de fala enquanto academia, enquanto pesquisador, então isso e toda uma construção que eu venho fazendo, então foi muito importante pra mim nesse sentido, eu não tô saindo do nada enquanto candidato eu fiz toda uma construção ai atrás. E quando eu falo tensionamento eu quero dizer que no sentido que a gente tá trazendo pra pautas e políticas LGBTs com projetos concretos*

*então isso é muito importante, eu enquanto candidato eu não saí na chuva pra não me molhar, então a gente tá batalhando pra entrar e conseguir uma vaga na câmara de vereadores, mas o simples fato de a gente trazer essa oportunidade de diálogo pra cidade, para que as pessoas visualizem o nosso projeto e se identifiquem isso pra gente é muito importante, é um marco, é dando a oportunidade para que outras pessoas trilhem o caminho político e perceberem que poxa, hoje tem o Candidato A, Candidato B e outros que estão trazendo pautas que não eram discutidas, e isso é muito importante, eu tenho pra mim que é como se fosse um marco necessário que não se volta atrás, hoje tem movimentos de retrocessos, movimentos reacionários, mas que isso é um ponto de coesão muito boa, mas só daqui pra frente que as pessoas se vejam representadas e sejam capazes de representar outras pessoas nas mesmas pautas que a gente tá trabalhando.*

Pensar a representatividade é uma forma de que a política seja de fato representativa, onde a população possa olhar para os seus representantes e se ver neles, e, com essa proximidade, conseguir que vozes não sejam negligenciadas e que se formem um engate de representatividade que cada vez vá ficando mais diverso.

Não podemos de deixar de observar nas falas dos entrevistados questões relacionadas à Interseccionalidade sugerida por Kimberle Crenshaw (2002), entendendo que cada candidato compõe uma representação de um grupo sobreposto ao outro, assim compartilhando suas lutas e anseios em relação à busca de representatividade. Uma fala comum entre eles diz respeito à educação, de certa forma, todos situam essa base para o desenvolvimento social como um fator relevante em suas trajetórias, bem como o cuidado com a ligação afetiva relacionada à família. Buscam fazer, em suas falas sobre suas raízes, uma

afirmação de que faz parte do povo da Amazônia, ousou a dizer, que existe uma conexão mais que sentimental com a terra, como se ela fosse um semelhante.

Observamos que apesar de nem todos os entrevistado serem ou fazerem parte do grupo LGBTQIA+, mesmo assim consideram propostas relacionadas ao grupo. Entendemos que, pela conexão de mais camadas que se sobrepõem, os entrevistados se situem em grupos abertos para que a relação dessas ideias fossem mais fluidas, haja vista que essa descrição foi observada dentro de suas próprias falas nas entrevistas, sendo assim algo que já existe ou com o que o candidato entrevistado se identifica.

A questão da representatividade está para a população LGBTQIA+ como algo essencial para além da manutenção dos seus direitos, mas, contribuir para a criação de espaços onde possam existir com a liberdade da sua própria existência, entendendo que esses espaços não são restritivos a esse grupo mas uma representação dele, como um refúgio onde ou um ponto de referência. Entendemos que podemos observar a existência talvez em certa descrição desses espaços em Santarém como são muito bem descritos e observados por SILVA 2020, mas podemos algo a mais com a representatividade e acesso a locais onde acontece a organização e construção de direitos que é o legislativo.

Embora ainda estejamos caminhando para que de fato tenhamos uma representação onde pudéssemos assegurar uma mínima segurança para pessoas LGBTQIA+ no Brasil e no caso deste trabalho em Santarém, nunca podemos ficar satisfeitos pois ainda se tem muito ao que conquistar para que de fato haja mudanças massivas que possam beneficiar essa população. No entanto o da um ar de satisfação neste trabalho é entender que embora as dificuldades podemos encontrar grupos, associações e pessoas que estão engajadas em falar, descrever e construir dados que seriam reponsabilidade do Estado, como se fossem um grito para afirmar a nossa existência.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os questionamentos que me fiz inicialmente para serem respondidos neste trabalho me deparo com a questão de estar ou não satisfeitos com as repostas que obtive, acho que de certa forma sim, temos uma satisfação, no entanto entendo que muito se tem para ser feito para que esse panorama político atual sobre a população LGBTQIA+ mude e observamos que mesmo o Brasil sendo um dos países mais violentos para as pessoas LGBTQIA+ ainda sim existe uma resistência que se afirma e não deixa-se ser negligenciada.

Gostaria de considerar que em Santarém foi eleito apenas um vereador de defende políticas LGBTQIA+ em 2020 e não é qualquer um, é uma bixa afeminada e periférica e seu nome social é Biga Kalahari, a importância de ter alguém desse grupo que assume uma vaga na câmara de vereadores de Santarém é algo essencial para a manutenção da representatividade em que tanto falamos e isso é com certeza uma abertura em um meio extremamente machista que é esta casa. Não podemos deixar passar que está sendo um processo violento onde a mesma já tem ameaças a sua vida por apenas ser eleita e isso é mais uma das representações a violências que LGBTQIA+ sofrem diariamente no Brasil.

Embora o retrato que obtivemos após não seja positivo e sim alarmante. Oferecer os dados que conseguimos em nossa pesquisa, podemos considerar partes positivas nesse processo que são as pessoas, grupos e organizações que trabalham diariamente com para que esses dados existam e assim criam uma base de referência onde foi possível nos embasar.

Diante do exposto sobre o panorama da violência em relação as LGBTQIA+ no Brasil é algo que ainda precisa muita pesquisa e dados. Espero ter a oportunidade de aprofundar essa pesquisa em um possível curso de mestrado e aprimorar mais conteúdo para a produção LGBTQIA+ em Santarém e na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: una lectura desde la Constitución de Montecristi**. Quito: Fundación Frederic Ebert, 2010.

ACOSTA, Alberto. **O Buen Vivir, uma oportunidade de imaginar outro mundo**. In: BARTELT, Dawid Danilo. Um campeão visto de perto: uma análise de modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012. p.198-216.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê: **assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasil, 2019.

CARRARA, Sergio; SIMÕES, Júlio Assis. "Sexualidade, Cultura e Política: a trajetória da homossexualidade masculina na antropologia brasileira". **Cadernos Pagu**, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 171-188, 2002.

FARAH, Marta Ferreira Santos. "Gênero e Políticas Públicas". **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

FURLANI, Jimena. "Sexos, Sexualidades e Gêneros: Monstruosidades no currículo da Educação Escolar". **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46. p. 269-285, 2007..

INGOLD, Tim. 2012. "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais". **Horizontes Antropológicos**, v. 18 (37).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, 2020.

MEAD, M. 2015. "A adolescência em Samoa" in: CASTRO, Celso (org.). **Cultura e Personalidade**. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 17-66.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020.

MOTT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. Dossiê Conjugalidade e Parentalidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil. **Estudos Feministas**. 2006.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA M. **Causa Mortis: Homofobia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia; 2001.

MOTT, Luiz. “**Etno-história da Homossexualidade na América Latina**”. UFPEL, 1998.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo. Paulinho. “**Mortes Violentas de LGBT no Brasil: Relatório de 2017**”. Grupo Gay da Bahia, 2017.

ROGERS, Paulo. “**Os Afectos Mal-Ditos: O Indivisível das Sexualidades Camponesas**”. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

REIS, B; RODRIGUES, Y. Et al. “**Luta pelo direito à Cidade na Amazônia: O processo de revisão do Plano diretor de Santarém.**”. FASE, Santarém, 2017.

SILVA, Erick. “**Entre corpos, sensações e paisagens: reflexão sobre a diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia**”. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

## **ANEXOS**

As notas a seguir foram retiradas de REIS, B; RODRIGUES, Y. Et al. **“Luta pelo direito à Cidade na Amazônia. O processo de revisão do Plano diretor de Santarém”**. FASE, Santarém, 2017. (p 207 à 229).

### **ANEXO 1 - CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES**

O Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP repudia a atitude autoritária da Câmara de vereadores, que para atender os interesses do agronegócio, aprovou uma versão de Plano Diretor que permite a construção de portos graneleiros na região do Maicá, contrariando o que foi aprovado pela ampla maioria dos mais de 700 participantes na conferência de aprovação do Plano.

Na região do Maicá, vivem mais de 1500 famílias, distribuídas em mais de 20 comunidades, entre quilombolas, indígenas e pescadores, que poderão sofrer impactos diretos e indiretos com a construção de portos. O Maicá é fonte de alimento e renda para as famílias dessa região e contribui com grande parte do pescado e da produção agrícola que abastece Santarém, além de ter um importante papel no turismo e na manutenção da biodiversidade.

Pesquisas recentes têm mostrado que o Maicá é um berçário natural para várias espécies de peixes comerciais da região.

A construção desses portos tende a privatizar os territórios pesqueiros tradicionalmente utilizados pelas comunidades e causar alterações ambientais que podem provocar redução dos estoques pesqueiros. Com a aprovação do Plano Diretor na calada da noite, os vereadores mostram mais uma vez que não estão do lado da população, mas representam apenas os interesses dos grupos empresariais e do agronegócio que apoiam suas campanhas.

Repudiamos também o comportamento do prefeito de Santarém, Nélio Aguiar, que já anunciou aos empresários do agronegócio que irá sancionar o plano com as alterações feitas pela câmara. Trata-se de um golpe contra o nosso povo!

Exigimos que a decisão tomada pela sociedade civil na Conferência seja respeitada!

## **ANEXO 2 - SOCIEDADE PARA A PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SAPOPEMA**

A Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente – SAPOPEMA, vem a público repudiar à decisão da Câmara de vereadores em Santarém em relação ao projeto para construção de Portos na área do MAICÁ e ITUQUI, decisão que desrespeita o processo participativo de revisão do plano diretor de Santarém-PA que ocorreu no segundo semestre de 2017 com ampla participação da população santarena.

Entendemos ser a região do Maicá em Santarém uma área de enorme potencial para o desenvolvimento turístico do município, para a dinamização da economia, geração de empregos e renda para um número expressivo de cidadãos e cidadãs santarenses. Além disso, o Maicá é um dos últimos ecossistemas ecológicos próximo a cidade da maior importância como berçário natural à uma enorme diversidade de fauna e flora, inclusive confirmada por meio de pesquisas científicas realizadas pela UFOPA e outras universidades na referida região. A área é também o espaço da prática da pesca artesanal para mais de 1500 pescadores (as) que sobrevivem e dependem da atividade da pesca para se reproduzirem como sujeitos sociais, bem como, de agri- cultores (as) familiares que sobrevivem das atividades com hortifrutigranjeiros, criação de pequenos animais, que abastecem o mercado local e garantem segurança alimentar para as famílias de Santarém.

A decisão tomada pela Câmara afronta o desejo da população e passa por cima da Plenária final de Revisão do Plano Diretor

Participativo, que reprovou a proposta de transformação da região do Maicá em área portuária. Além disso, a decisão desconsidera os protocolos de consulta elaborados pelos Quilombolas, Indígenas e Pescadores Artesanais, amparados pela OIT 169.

Nossa compreensão é de que o respeito e o diálogo com a sociedade organizada de Santarém se faz necessário para o resguardo da democracia e a construção de um modelo de desenvolvimento que não seja nocivo aos ambientes naturais

estratégicos para o município de Santarém. Além disso, julgamos ser necessário a implementação das obras de infraestrutura para o apoio as atividades macroeconômicas do município, mas este processo não pode ocorrer colocando em risco a vida da população, a destruição do meio ambiente e suprimindo direitos constitucionais de populações tradicionais na região. Diante do exposto, manifestamos incondicionalmente nossa posição contrária aos encaminhamentos adotados pela Câmara de Santarém na Revisão do Plano Diretor, e ao mesmo tempo, o desejo de que a revisão apresentada pela Câmara seja vetada pelo poder executivo. Que novos estudos sejam realizados para identificação de área para recepção de obras de infraestrutura que não venham afetar as populações ribeirinhas, pescadores artesanais, Quilombolas e Indígenas na região. SAPOPEMA.

### **ANEXO 3 - NOTA DE REPUDIO DA PASTORAL SOCIAL DA DIOCESE DE SANTARÉM**

A Câmara de Vereadores de Santarém aguardou todo o ano de 2018 para aprovar em última hora, de forma atropelada, sem conhecimento da população e contraria à decisão da maioria reunida em Conferência Municipal de 24 de novembro de 2017, o Plano Diretor da Cidade, no qual se prolonga a área portuária, para favorecer a construção de grandes portos graneleiros no Lago do Maicá.

A Pastoral Social da Diocese de Santarém vem a público repudiar essa decisão antidemocrática, contraria aos anseios dos santarenos expressados em Conferência Municipal, que entrega o patrimônio da cidade ao agronegócio para que continue a destruição das florestas, das águas, das comunidades, e do patrimônio arqueológico e histórico da cidade, em nome da ideologia do desenvolvimento para justificar tais empreendimentos.

Repudia a decisão da Câmara de Vereadores de Santarém e insta ao Prefeito a VETAR este projeto de lei, nos pontos que atentam contra o patrimônio arqueológico, paisagístico, turístico, cultural e histórico da cidade de Santarém, e em particular o prolongamento da área portuária até o Lago do Maicá e sua redondezas.

Convida o Sr Prefeito e a toda a população para debater e construir um modelo de desenvolvimento que potencialize a produção local e crie o sentido cívico de pertença e de participação real na construção de uma cidade desde as raízes amazônicas e não desde um modelo de desenvolvimento extrativista e neocolonial.

Santarém, 16 de dezembro de 2018.

#### **ANEXO 4 - NOTA DE REPÚDIO DA FAMCOS À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

A FAMCOS (Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém) vem a público REPUDIAR a aprovação do projeto de lei de revisão do Plano Diretor de Santarém pela Câmara Municipal de Santarém, contrariando a decisão expressa em votação na Conferência Municipal realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, no que se refere à destinação da área do Lago do Maicá para construção de portos graneleiros.

A FAMCOS compôs a Comissão Executiva de revisão do Plano Diretor, representando a sociedade civil, num processo convocado e coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento. A revisão do Plano Diretor de Santarém foi realizada por meio de três audiências públicas, doze oficinas comunitárias e a Conferência Municipal, principal fórum deliberativo desse processo.

Destacamos que em todo o processo, mesmo tendo sido oficialmente convocados, os vereadores de Santarém estiveram AUSENTES, em sua grande maioria. Dos 21 parlamentares municipais, apenas 3 participaram de uma ou outra reunião. Essa ausência dos vereadores foi fortemente denunciada pelos movimentos sociais nas plenárias.

Na Conferência final do processo de revisão do Plano Diretor, duas propostas divergentes e relacionadas à questão portuária foram apresentadas. Numa delas, o agronegócio queria para si o Lago do Maicá, especificamente para a construção de um complexo portuário. Na outra proposta, defendida pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais, priorizava-se o Lago do Maicá como área de pesca artesanal, turismo de base comunitária e também para embarque e

desembarque de pequenos barcos. E foi esta segunda proposta a aprovada pela ampla maioria das pessoas presentes, em sintonia com as regras e com a dinâmica do Plano Diretor Participativo (PDP) que estava sendo conduzido pela própria prefeitura de Santarém.

A vitória da proposta defendida pelos movimentos sociais não foi digerida pelos representantes do agronegócio que saíram ameaçando reverter a situação quando a votação do texto final na Câmara de Vereadores.

Nós dos movimentos sociais ficamos vigilantes e cobrando, inclusive através de ofício, a tramitação e votação do texto do Projeto de Lei na Casa Legislativa municipal. Contudo, o PL ficou engavetado por todo o ano de 2018. E no apagar das luzes do exercício legislativo desse ano, os vereadores, na surdina, aprovaram o Projeto de Lei alterando a destinação do Lago do Maicá para construção de portos graneleiros, cedendo à pressão dos empresários do agronegócio com quem os vereadores tem seus reais compromissos.

Assim, os vereadores de Santarém (que deveriam zelar pelo cumprimento das leis) violaram princípios constitucionais urbanísticos assegurados pelo Estatuto da Cidade, lei federal 10.257/2001, como a gestão democrática das cidades. Esse princípio preconiza que o planejamento e a gestão das cidades devem estar submetidos à participação popular. O artigo 182 da Constituição Federal consagra ainda o Plano Diretor como principal instrumento de política urbana sendo a participação da sociedade fundamental tanto nos processos de elaboração como de revisão dessa lei. Além disso, chamamos a atenção da população de Santarém para ficar alerta e perceba que os vereadores de Santarém, de modo geral, estão na Câmara Municipal para defender não as necessidades do povo, mas para atender os interesses de quem financia suas campanhas, como o setor do agronegócio que quer ser apropriar de nossos bens comuns, como o Lago do Maicá, para enriquecer a custa da destruição ambiental e das mazelas sociais. Por fim, EXIGIMOS que o Prefeito Nélio Aguiar não seja mais um a trair a população de Santarém e vete a mudança golpista que os vereadores fizeram no texto aprovado pela população na Conferência final.

#VetaNélio Diretoria da FAMCOS

Santarém, 17 de dezembro de 2018.

## **ANEXO 5 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL – NÚCLEO SANTARÉM**

O Plano Diretor, é um importante documento construído de forma participativa para pensar e estabelecer um projeto de desenvolvimento urbano de uma cidade. Conforme a Lei n. 10.257/2001, que estabelece as diretrizes gerais da Política Urbana art. 2o (diretrizes) parágrafo II, estabelece que esta se dará através de “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Durante o processo de revisão, foi sugerido e aprovado, após votação popular, que as alterações realizadas tivessem peso deliberativo, o que não foi respeitado durante a revisão realizada pelos vereadores, (etapa posterior sucedida da assinatura do prefeito em mandato) que ignoraram elementos importantes da versão final realizada nos dias 23 e 24 de Novembro de 2017. Atendendo a interesses particulares com vistas em aprovar a implementação dos portos.

Considerando:

A participação popular como um elemento fundamental

para o processo de construção e implementação de políticas públicas em uma sociedade democrática;

Que Santarém tem nos últimos anos figurado um palco de conflitos, devido sua localização estratégica para o processo de escoamento de soja;

O crescente número de relatos de violência no campo em decorrência de conflito com grandes agricultores de soja, bem como empresários com vistas em instalação de grandes empreendimentos na Amazônia;

A dinâmica política grande interesse de facilitação para construção vias de escoamento de soja, bem como a ausência de significativa de comunicação com os

mora- dores locais e povos tradicionais atingidos diretamente pelas possíveis decisões;

A ausência de estudos socioambientais para o zoneamento adequado do espaço urbano na cidade de Santarém;

Que decisões tomadas a portas fechadas, sem acompanhamento popular não representam a população;

O posicionamento ético-político da Psicologia, enquanto uma ciência e uma profissão.

A Associação Brasileira de Psicologia Social – Núcleo Santarém, vem a público, manifestar seu total repúdio a decisão tomada pelos vereadores da câmara municipal da cidade de Santarém quanto a adição da área do lago do Maicá como área portuária, o que desrespeita veementemente as decisões tomadas pela população durante a Conferência do Plano Diretor.

Coordenação Abrapso- Núcleo Santarém. Gestão 2018-2019 Santarém-PA, 17 de dezembro de 2018.

## **ANEXO 6 - NOTA DE REPÚDIO DO MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO**

O Movimento Tapajós Vivo repudia o que os vereadores e o prefeito de Santarém estão fazendo com a população, ao entregarem (em nome de quem?) o Lago do Maicá para uma empresa particular fazer do lugar um complexo portuário exportador de soja, PREJUDICANDO consideravelmente a exuberante natureza, as populações do entorno que vivem integradas ao ambiente, e também atividades econômicas sustentáveis, como a pesca e o turismo.

No dia 24 de novembro de 2017, na Conferência Municipal convocada pela prefeitura, em plenária com mais de 700 pessoas, que representavam diversas organizações e comunidades, foi aprovada a revisão do Plano Diretor. Na ocasião, duas propostas divergentes e relacionadas à questão portuária foram apresentadas. Numa delas, o agronegócio queria para si o Lago do Maicá, especificamente para a construção de um 50 complexo portuário. Na outra proposta, defendida pela

sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais, priorizava-se o Lago do Maicá como área de pesca artesanal, turismo de base comunitária e também para embarque e desembarque de pequenos barcos. E foi esta segunda proposta a aprovada pela ampla maioria das pessoas presentes, em sintonia com as regras e com a dinâmica do Plano Diretor Participativo (PDP) que estava sendo conduzido pela própria prefeitura de Santarém, durante o ano de 2017.

Na sequência, a revisão do Plano Diretor, na forma de Projeto de Lei, seguiu para a Câmara Municipal. Essa casa legislativa segurou o projeto por quase todo o ano de 2018, até que, em dezembro, às vésperas do recesso parlamentar, veio o golpe. Em um único dia, de sopetão, os vereadores de Santarém alteraram o documento final de revisão do Plano Diretor Participativo (PDP), que fora construído, debatido e aprovado pela sociedade. E exatamente a proposta do agronegócio, que havia sido derrotada na plenária do PDP, foi recolocada no texto final, substituindo a proposta originalmente aprovada, que previa o Maicá vivo.

O anúncio de que o prefeito Nélio Aguiar irá sancionar esse Projeto de Lei conforme recebeu dos vereadores, com o Maicá entregue aos interesses de uma empresa privada chamada Embraps, e indo contra o que foi democraticamente encaminhado nas plenárias do Plano Diretor Participativo, é uma demonstração de insensatez. Abrir mão do Maicá, com toda a sua importância social, cultural, turística, econômica e ecológica, em troca de vantagens restritas ao agronegócio exportador, como se este setor fosse a única alternativa para Santarém, é algo que não permitiremos. O Maicá hoje é nossa bandeira. Nélio, de que lado você está?

## **ANEXO 7 - NOTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO – IBDU**

O Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU vem manifestar seu apoio ao processo participativo de revisão do plano diretor de Santarém-PA que ocorreu no segundo semestre de 2017.

A ordem urbanística brasileira, consagrada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade, lei federal 10.257/2001, tem como princípio basilar a gestão

democrática das cidades. Esse princípio preconiza que o planejamento e a gestão das cidades devem estar submetidos à participação popular. O artigo 182 da nossa Carta Magna consagra ainda o Plano Diretor como principal instrumento de política urbana sendo a participação da sociedade fundamental tanto nos processos de elaboração como de revisão dessa lei.

A revisão do Plano Diretor de Santarém foi realizada por meio de três audiências públicas, doze oficinas comunitárias e a Conferência Municipal, principal fórum deliberativo desse processo. Essa conferência ocorreu com a participação do governo e diversos segmentos da sociedade civil. Dentre as várias decisões, deliberou-se pela manutenção da área de proteção ambiental do Maicá em contraposição a proposta de criação da área portuária no local.

Tendo em vista a centralidade do Plano Diretor na nossa política urbana conferida pela Constituição Federal e o princípio da gestão democrática das cidades consagrado pelo Estatuto das Cidades, manifestamos pelo respeito integral ao conteúdo aprovado pela população na Conferência Municipal de revisão do Plano Diretor. Repudiamos ainda a modificação feita pela Câmara Municipal de Santarém, em especial, no que tange à área de proteção ambiental do Maicá, aprovada no dia 11 de dezembro de 2018. Recomendamos ainda que o prefeito Nélio Aguiar vete a lei aprovada pela Câmara Municipal para que seja respeitado o Plano Diretor aprovado pela participação popular.

## **ANEXO 8 - NOTA DE REPÚDIO DA COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DA DIOCESE DE SANTARÉM**

“Cuidado com os falsos profetas. Eles chegam disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos selvagens. Vocês os conhecerão pelo que fazem”. (Mateus 7, 15). O fato de estar em disputa o direito à cidade de Santarém, não justifica 21 vereadores, eleitos para servir à maioria da sociedade urbana e rural, tomar partido apenas da classe empresarial. Esta quer o território apenas para atender seus interesses comerciais.

Plano Diretor do município foi discutido democraticamente por convocação do poder executivo em 2017. Em novembro daquele ano, numa assembleia com mais de 700 participantes, amplo debate, foi votado artigo por artigo. Por maioria absoluta foram excluídos do Plano, a construção de portos graneleiros na APA Maicá e construção de prédios de mais de cinco andares nas praias de Santarém.

De maneira arbitrária e sem participação da sociedade, os 21 vereadores decidiram, na véspera do recesso parlamentar, votar o Plano, excluindo justamente os dois projetos vetados pela assembleia de 2017.

A Comissão Justiça e Paz da Diocese de Santarém torna público repúdio à moral atitude dos vereadores e requer o veto do prefeito municipal. Isto por respeito, tanto às decisões da assembleia popular, quanto pelo bem comum da cidade de Santarém. Santarém-PA, 16 de dezembro de 2018.

## **ANEXO 9 - COLETIVO DE PROFESSORAS E PROFESSORES DA UFOPA EM DEFESA DO LAGO DO MAICÁ**

Nos últimos anos, a questão da criação da Zona Portuária na área do Maicá tem ganhado espaço no debate público santareno. A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), seguindo as diretrizes da sua missão de “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” não se omitiu desse debate. Além de promover inúmeros espaços de diálogo com diferentes segmentos da sociedade para refletir sobre os impactos da criação da zona portuária como mesas redondas, palestras e seminários, a UFOPA, por meio do esforço coletivo de docentes de diversas áreas organizados no Grupo de Estudo do EIA do Porto do Maicá, produziu um Relatório Técnico publicado no ano de 2018. Esse diagnóstico ambiental analisa aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da área e expõe as fragilidades metodológicas do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado pela Empresa Brasileira de Portos (EMBRAPS), pessoa jurídica de direito privado responsável pela criação do terminal portuário no Lago do Maicá. O relatório da UFOPA aponta ainda a necessidade de novo estudo que analise todos os possíveis impactos de forma integrada.

A trajetória de colonização da Amazônia tem sido assim marcada a ferro e fogo pela apropriação privada da riqueza por uma pequena parcela de grupos nacionais e estrangeiros, e a socialização de todo tipo de passivo: social, ambiental, cultural, econômico, que tende a aprofundar a condição colonial da região, como mero exportador de matérias primas. Tem sido desde a presença do primeiro colonizador.

O caso da construção do porto é um tijolo a mais no vasto rastro marcado pelo saque das riquezas locais. Bem como um novo capítulo de uma história repleta de violência de toda ordem: constitucional, simbólica, cultural, econômica, física, etc. No caso do Baixo Amazonas, o porto marca a o processo de expansão da soja na região. Como em outras experiências de projetos de desenvolvimento impostos de cima para baixo na Amazônia, não dinamiza a economia local, não cria cadeias no processo de produção ou o que valha.

Ao contrário, tem as marcas da indiferença às populações locais, em particular indígenas e quilombolas, e um complexo e diversificado campesinato [terra firme, ilhas, várzea, etc]. Gentes tributárias de conhecimentos milenares, os verdadeiros guardiões da floresta e dos rios. O caso ocorre num ambiente do que se convencionou chamar de neoliberalismo. Neste cenário as grandes corporações do grande capital ganham, ainda mais, a centralidade no xadrez das disputas pelo poder, e tendem a subordinar, cada vez, terra e os recursos nela existentes aos seus interesses privados. O momento também corresponde a alterações em institucionalidades com relação ao desenvolvimentismo na Amazônia. O modelo antes estruturado em polos de desenvolvimento, cede lugar aos eixos de integração de infraestrutura, onde o Baixo Amazonas possui centralidade na cadeia de produção de grãos do Brasil Central, como um corredor de exportação.

A questão da criação da zona portuária na região do Lago Maicá também foi objetivo de discussão e deliberação durante o processo de revisão do Plano Diretor da cidade de Santarém, que ocorreu no segundo semestre de 2017. A conferência municipal realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, principal fórum deliberativo do processo, aconteceu com a participação de vários segmentos da sociedade civil santarena. Nós, docentes da UFOPA, acompanhamos as discussões, participando aos diversos grupos de trabalho. Nessa conferência, foi aprovada pela

maioria expressiva da população a manutenção da Área de Proteção Ambiental do Maicá sendo derrotada a proposta de criação da zona portuária no Lago do Maicá.

Contrariando a decisão popular referendada no processo participativo de revisão, foi aprovada pela Câmara Municipal no último dia 11 de dezembro de 2018, versão da lei do Plano Diretor que permite a construção da zona portuária na área de proteção ambiental do Maicá. Essa votação, além de violar o princípio da gestão democrática das cidades, consagrado na lei federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), desrespeita a população de Santarém que participou das discussões de revisão da legislação urbanística, um atentado contra o exercício participativo da cidadania.

Nesse sentido, nós professoras e professores da UFOPA, nos somamos aos demais segmentos sociais de Santarém na defesa do Lago Maicá e do processo participativo de revisão do Plano Diretor. Repudiamos a postura da Câmara Municipal e reivindicamos que o prefeito Nélio Aguiar vete o Plano Diretor aprovado no dia 11 de dezembro de 2018 para que seja mantida a versão consagrada pela população santarena na Conferência Municipal.

No momento histórico em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos celebra 70 anos, e a execução do seringueiro Chico Mendes, 30 anos, ceder ao interesse privado, é escancarar a porteira para outros capítulos de expropriação e espoliação na Amazônia. Sim à defesa e manutenção aos modos de vida das populações que moram no Lago do Maicá. Em defesa da vida e do modo tradicional de camponeses, indígenas e quilombolas.

## **ANEXO 10 - NOTA DE REPÚDIO DE DOCENTES E DISCENTES DO DOUTORADO DA UFOPA**

Os discentes e docentes do Doutorado do Programa Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – PPGSND da Universidade Federal do Oeste do Pará vem à público, repudiar a decisão antidemocrática e antiética dos legisladores da Câmara Municipal de Santarém que, no último dia 11 de dezembro de 2018, inadvertidamente e contraditoriamente, aprovaram alteração no Art.142 – que prevê terminais de transportes de passageiros e cargas do Plano Diretor Municipal de

Santarém. Plano, aprovado em Audiência Pública no dia 24 de novembro de 2017, deliberado em plenária, com mais de 700 pessoas de diversos segmentos da sociedade civil e do governo: “que será mantida a Área de Proteção Ambiental do Maicá, em contraposição a proposta de criação da ampliação à área portuária do município de Santarém”.

Em virtude disso, os discentes e docentes do PPGSND/ UFOPA vêm manifestar apoio ao processo participativo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA. Esclarecemos que, dentre as de- liberações do documento final, ocorrido no dia 24 de novembro de 2017, nas dependências da Casa de Cultura, durante a Conferência Municipal de Santarém, optou-se pela **MANUTENÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MAICÁ**, em contraposição à Proposta de Criação da Ampliação à área portuária 2 do município de Santarém, na região do Maicá.

Destacamos que o Maicá é formado por um complexo de lagos, furos, igapós, enseadas, áreas alagáveis (várzea), cujas águas são de origem do Rio Amazonas, com alguma influência do Rio Tapajós. É uma região de várzea, com predomínio de terras que inundam. Com a vazante dos rios, no período de “seca” sazonal, típica nesta região da Amazônia, predominam no Maicá áreas não alagadas, utilizadas principalmente como campos de pastagens para o gado.

Ressaltamos ainda, que a região do Maicá é constituída por um conjunto de 21 comunidades, algumas delas localizadas na área urbana de Santarém, dentre as quais, oito estão na enseada de entrada (conhecida popularmente de “boca do Maicá”), sendo três comunidades ribeirinhas, quatro quilombolas e uma indígena autodeclarada. Por ser uma região, cuja principal característica é a formação de áreas de várzea, a grande vocação do Maicá é a atividade econômica da pesca. Seus ambientes de pesca são recursos naturais, explorados tanto pelas comunitários locais como por pes- cadores de outras regiões.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) participou ativamente do processo, promoveu inúmeros espaços de diálogo com diferentes segmentos da sociedade para refletir sobre os impactos da criação da zona portuária como mesas redondas, palestras e seminários. E em um esforço coletivo de docentes de diversas

áreas organizados no Grupo de Estudo do EIA do Porto do Maicá, produziu um Relatório Técnico publicado neste ano em curso.

Ressaltamos que esse diagnóstico ambiental analisou aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da área, e expôs as fragilidades metodológicas do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado pela Empresa Brasileira de Portos (EMBRAPS), pessoa jurídica de direito privado responsável pela criação do terminal portuário no Lago do Maicá. O relatório da UFOPA aponta ainda a necessidade de novo estudo que analise todos os possíveis impactos de forma integrada entre os aspectos ambiental, social e econômico.

Dentre os estudos realizados pela UFOPA, destacam-se as pesquisas de levantamento e monitoramento da biota, no qual foi identificado o local como berçário de espécies de organismos aquáticos da ictiofauna, endêmicos dessa área, os quais poderiam ser extintos com a implantação de empreendimentos de grandes impactos, como portos e similares.

Nessas condições, repudiamos a modificação feita pela Câmara Municipal de Santarém, em especial, no que tange à APA do Maicá, aprovada no dia 11 de dezembro de 2018. Recomendamos ainda, que o Prefeito de Santarém – Nélio Aguiar, VETE o Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal em 11 de dezembro do ano em curso, para que seja respeitado o Plano Diretor aprovado em 24 de novembro de 2017, de forma democrática e participativa por todos os segmentos da população santarena, onde nos contempla. #Discentes do Doutorado Sociedade, Natureza e Desenvolvimento:

## **ANEXO 11 - NOTA DE REPÚDIO DA ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR**

**O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - NAJUP CABANO** – organizado com o propósito assessorar as lutas populares pela defesa e efetivação de direitos dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, especialmente na

região do Tapajós – manifesta seu total REPÚDIO à aprovação do projeto de lei de revisão do Plano Diretor de Santarém/PA.

O texto aprovado pela Câmara dos Vereadores e encaminhado para apreciação do Prefeito Municipal é diferente do texto acordado coletivamente pelos cerca de 700 presentes na I Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor, realizada em 23 e 24 de novembro de 2017. A principal alteração, feita em afronta à decisão democraticamente alcançada na Conferência Municipal, diz respeito à delimitação das áreas destinadas a atividades portuárias: a escolha da região do Maicá, impulsionada por grandes produtores de soja, foi derrotada durante a Conferência, mas os Vereadores de Santarém/PA (ausentes no processo de consulta pública) decidiram inseri-la arbitrariamente no texto final.

O Najup Cabano entende que tal decisão é ilegítima, porque desconsidera o debate promovido pela população local nas audiências públicas realizadas na I Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor; e também porque não respeita as normas de um plano diretor participativo, estabelecidas no art. 182, §1 e no Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001). Portanto, acreditamos que o Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor, que destina a região do Maicá como área de interesse portuário – invisibilizando os ocupantes tradicionais desse território e em desacordo aos termos pactuados durante a I Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor – deve ser VETADO pelo Prefeito Nélio Aguiar.

## **ANEXO 12 - CARTA DE REPÚDIO DO PROJETO SAÚDE E ALEGRIA**

À DECISÃO DOS VEREADORES PELO PORTO NO MAICÁ, um santuário ecológico, berçário natural de diversas espécies da fauna aquática e aves, polo de visitação turística e fonte de renda para mais de 1,5 mil famílias (VAZ, 2016).

Ao voltar a autoriza-lo, a Câmara passou por cima da Plenária final de Revisão do Plano Diretor Participativo, que reprovou a ideia depois de meses de intensos

debates entre os mais diversos setores da sociedade — empresariais, acadêmicos, entes públicos e organizações sociais.

A questão nem é ser contra novas zonas portuárias. Só que ao forçar a barra para que seja no Maicá, a judicialização será inevitável, uma região que envolve áreas de 55 proteção ambiental e terras quilombolas. E por aí Santarém não terá um porto tão cedo isso numa cidade já traumatizada com o imbróglio do Loteamento Buriti.

Com apenas o terminal da Cargill na orla principal, é compreensível que os sojicultores pressionem por mais um porto para que deixem de ser reféns de uma única empresa – há ainda o aumento da demanda, o asfaltamento da BR 163... Foi sob esse entendimento que o Plano revisado de 2017 encaminhou o mapa do caminho para uma nova área portuária. Seria definida num prazo de até 12 meses após estudo elaborado por grupo técnico multidisciplinar, formado por membros da sociedade civil e do poder público.

Se a Prefeitura tivesse sido mais ágil, se antecipado e instalado o Grupo, quem sabe já teríamos uma solução acordada e definitiva. Se alguns dizem Curuá-Una, outros Ituqui, o desafio está em buscar as alternativas menos impactantes e mais inteligentes, no sentido de se implementar a infraestrutura necessária de forma planejada, para que não tenha que depois ser refeito num caminho sem volta.

Sendo de preferência numa região periférica, seguiria a tendência mundial de deslocar as zonas portuárias para fora dos centros urbanos, evitando o caos, a violência, o trânsito... Nada mal que se aproveitasse a deixa e pensasse em incentivos pra mudar também o Terminal da Cargill para lá, revitalizando a área ocupada pelo porto atual, transformando-a em espaço público nobre para usufruto de todos santarenos, a exemplo do que vem acontecendo em outras cidades.

Já que no Tapajós o tal “progresso” demora mais para chegar, que se comece pelo futuro, pelo que se tem de melhor, mais updated, pelos acertos, e não pela repetição dos erros passados lá fora.

O que está em jogo não é o desenvolvimento, mas qual caminho seguir, se para muitos ou para poucos, se pra frente ou pra trás, se para passar ou para sempre...

17 de dezembro de 2018 PROJETO SAUDE E ALEGRIA

## **ANEXO - CARTA DE REPÚDIO DO SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS (AS) DO OESTE DO PARÁ – SINSOP**

A área do MAICÁ, é um santuário ecológico estratégico para o município de Santarém, berçário natural de aves, sustento de mais de 1500 pescadores e produtores familiares, e polo turístico importante para a dinamização da economia do município.

A Câmara de vereadores de Santarém ao decidir pela autorização de obras portuárias no Maicá, passou por cima da Plenária final de Revisão do Plano Diretor Participativo, que reprovou a ideia. De nada valeram meses de intensos debates entre os mais diversos setores da sociedade — empresariais, acadêmicos, entes públicos e organizações sociais. Com a decisão, a Câmara demonstra não ter compromisso com os anseios da população e atua na contramão do desenvolvimento com sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Nós sociólogos(as), não somos contra a abertura de novas zonas portuárias no município, pois entendemos serem importantes para o desenvolvimento local e regional. Mas entendemos que a área do Maicá e seu entrono são áreas de um extraordinário potencial estratégico para o desenvolvimento turístico com uma imensa capacidade de geração de empregos e renda para a população local, e que a implantação de obras portuárias nessa área torna-se inevitável a destruição dos ecossistemas existentes, bem como a proteção das terras quilombolas e indígenas. Insistir na implementação de projetos de portos nessa região se apresenta como uma falta de respeito e contraria grandemente a expectativa da população à confiança depositada na escolha da atual legislatura em Santarém.

Sugerimos que novos estudos para identificação de áreas para implantação de portos sejam feitos, processo que sugerimos que seja seguido a tendência mundial de deslocar as zonas portuárias para fora dos centros urbanos, evitando o caos, a violência, o trânsito e a marginalização social. Propomos, também, que a região do Maicá e entorno façam parte da estratégia para alavancar o turismo em suas diferentes modalidades, com programas de apoio a conservação da área, capacitação em empreendedorismo turístico e criação de condições dignas para a

população residente se tornar protagonistas da gestão da referida área com apoio do poder público.

Diante do exposto, além de repudiarmos a insana decisão dos vereadores, pedimos ao Prefeito Nélio Aguiar, que em consonância com os anseios da população santarena VETE a decisão proferida pela Câmara de vereadores.

#### **ANEXO 14 - PROFESSORES DAS ÁREAS DE URBANISMO OU PLANEJAMENTO URBANO DE VÁRIAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

São Paulo, 16 de dezembro de 2018.

Excelentíssimo senhor Nélio Aguiar prefeito do município de Santarém-PA Os professores abaixo assinados, oriundos das áreas de urbanismo ou planejamento urbano de várias universidades brasileiras se dirigem a V.S. para fazer um apelo relativo à revisão do Plano Diretor de Santarém.

Os processos de elaboração e de revisão da legislação urbanística de um município, em especial do Plano Diretor, são importantíssimos para refletir sobre os desafios e as prioridades do desenvolvimento urbano das cidades para os próximos anos.

O planejamento e a gestão de municípios demandam esforços coletivos, pois, como reconhece nossa ordem constitucional urbanística, além da participação dos técnicos do executivo municipal e consultores, são fundamentais o diagnóstico e a deliberação popular para se pensar a cidade que se quer construir, bem como propor soluções para os problemas urbanos. Nesse sentido, o princípio da gestão democrática das cidades, consagrado no Estatuto da Cidade, determina que a participação das moradoras e moradores das cidades são imprescindíveis no momento de se criar e revisar o Plano Diretor, principal instrumento da política urbana brasileira (art. 182, Constituição Federal).

Acompanhamos o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém iniciado em 2017. Constituiu um momento muito importante para o município e parabenizamos V.S. pelo processo transparente conduzido pelo governo municipal. As audiências, as oficinas comunitárias e a Conferência Municipal foram espaços de exercício da democracia participativa.

A conferência municipal ocorrida nos dias 23 e 24 de novembro de 2017 foi, sem dúvidas, o fórum mais representativo do exercício da cidadania ativa pelas moradoras e moradores de Santarém. Estiveram presentes diversos segmentos da sociedade civil: associações de moradores, empresários, ambientalistas, pastorais, movimento indígena, quilombola, diversos coletivos, estudantes, professores, entre outros. Todas essas pessoas construíram esse espaço como forma de contribuir para discussões acerca do planejamento urbano da cidade, ações que impactam diretamente em suas vidas cotidianas. Nesse fórum, ficou registrada a rejeição do projeto de transformar a Área de Proteção Ambiental do Maicá em área portuária devido às evidentes consequências predatórias ao meio ambiente e às populações cujo sustento depende dos recursos naturais existentes na área.

Entretanto, na semana passada fomos surpreendidos por uma notícia lamentável. No dia 11 de dezembro de 2018, mais de um ano após da última atividade do processo de revisão do Plano Diretor, a audiência pública de apresentação do texto final aprovado na conferência, a Câmara Municipal de Santarém-PA aprova uma versão da lei que contraria a deliberação popular.

Os vereadores desconsideraram nossa ordem urbanística ao violarem o princípio da gestão democrática das cidades e ignoraram os mais de 700 moradores da cidade que participaram do processo de revisão do Plano Diretor. Essa atitude, além de inconstitucional, desrespeita a população de Santarém, indo na contramão do processo participativo de revisão do Plano Diretor. Diante desse contexto, ratificamos a centralidade do Princípio da Gestão Democrática das Cidades na política urbana brasileira para nos somarmos aos diversos segmentos sociais da cidade de Santarém que repudiam a atitude da Câmara Municipal e reivindicam que o excelentíssimo senhor prefeito VETE o novo plano diretor votado no dia 11 de dezembro de 2018 afim de que seja respeitada a deliberação popular expressa na Conferência Municipal de novembro de 2017.

Cordialmente,

ERMINIA MARICATO Profa. Titular aposentada da USP